



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**RIO BRANCO/AC  
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**RIO BRANCO/AC  
MARÇO/2012**

## SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	8
INTRODUÇÃO .....	11
DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO.....	19
1.1) Identificação de Reletório de Gestão Individual.....	19
2.1) Responsabilidades institucionais .....	20
2.1.1) Competência institucional.....	20
2.1.2) Objetivos estratégicos .....	21
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	23
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011 .....	23
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011 .....	24
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade .....	25
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	25
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro .....	27
2.4.1) Programação orçamentária da despesa.....	27
2.4.1.1) Programação de despesas correntes .....	27
2.4.1.2) Programação de despesas de capital .....	28
2.4.1.3) Quadro resumo da programação de despesas.....	28
2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa .....	28
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa .....	29
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ .....	29
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação .....	29
2.4.2.2.2) Despesas Correntes dos Créditos Recebidos por Movimentação .....	29
2.4.2.2.3) Despesas de Capital dos Créditos Recebidos por Movimentação .....	31
2.4.3) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada .....	32
3.1) <i>Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores</i> .....	32
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores .....	32
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos .....	33
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	34
5.3) Composição do Quadro de Estagiários .....	35

5.4) Demonstração dos custos de pessoal da UJ .....	35
5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	38
5.5.1 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão .....	38
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos .....	41
7. 1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV .....	42
8. 1) Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas .....	43
9. 1) Estrutura de Controles Internos da UJ .....	44
10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	46
11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial .....	49
11.2) Análise Crítica Sobre a Gestão de Imobilizados sob Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada.....	51
12.1) Gestão de Tecnologia da Informação .....	51
13.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo .....	52
15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício .....	54
15.3) Recomendações da CGU atendidas no exercício.....	54
17.1) Outras informações consideradas relevantes pela UJ e dificuldades enfrentadas na gestão ....	64
17.2.1) Gestão com qualidade e perspectivas de melhorias futuras nos controles internos.....	68
17.2.2) Programa Carbono Neutro .....	69
DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL .....	70
RESULTADOS E CONCLUSÕES .....	71
ANEXOS.....	73

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

CGU – Controladoria Geral da União

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CRH – Coordenação de Recursos Humanos

DG – Direção Geral

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal

DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial

DN – Decisão Normativa

DPF – Departamento de Polícia Federal

DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

FUNAPOL – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

MJ – Ministério da Justiça

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PPA – Plano Plurianual

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

RG – Relatório de Gestão

SELOG – Setor de Administração e Logística Policial

SR/DPF/AC – Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre

SETEC – Setor Técnico-Científico

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SINPRO – Sistema Nacional de Procedimentos

TCU – Tribunal de Contas da União

UF – Unidade Federativa

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

## LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

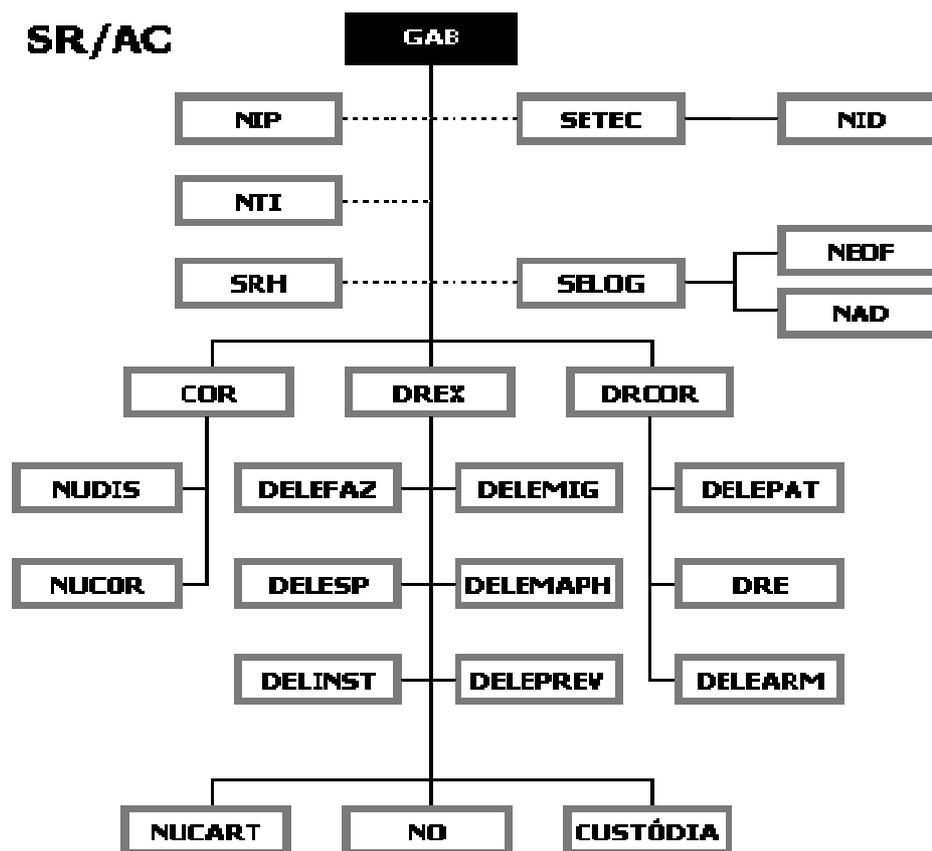
<i>Gráfico I – Crescimento Financeiro da UJ</i> .....	13
<i>Tabela I - Despesa Bruta anual com contrato de telefonia fixa</i> .....	13
<i>Tabela II – Resultados da Atividade operacional</i> .....	16
<i>Gráfico II – Número de inclusões por Superintendência – SINIC</i> .....	18
<i>Quadro A.1.1– Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual</i> .....	19
<i>Quadro A.2.2 - Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela Unidade Jurisdicionada</i>	27
<i>Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</i> .....	28
<i>Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos recebidos por movimentação</i> .....	29
<i>Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</i> .....	29
<i>Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</i> .....	31
<i>Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores</i> .....	32
<i>Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12</i> .....	33
<i>Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12</i>	33
<i>Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ</i> .....	33
<i>Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12</i> ....	34
<i>Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12</i> .....	34
<i>Quadro A.5.6 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31/12</i> .....	35
<i>Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários – Situação apurada em 31/12</i> .....	35
<i>Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores</i> .....	37
<i>Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva</i> ....	38
<i>Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra</i> .....	39
<i>Quadro A.7.1 - Declaração dos Responsáveis pela Área de Contratos</i> .....	42
<i>Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridade e servidores da UJ, da obrigação da entrega a DRB</i> .....	43

<i>Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ</i> .....	44
<i>Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i> .....	46
<i>Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União</i> .....	49
<i>Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros</i> ..	49
<i>Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ</i> .....	50
<i>Quadro A.12.1 - Gestão de Tecnologia da Informação da UJ</i> .....	51
<i>Quadro A.13.1 – Despesas pagas com cartão de crédito corporativo por UG e por portador</i> .....	53
<i>Quadro A.13.1.a – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por portador</i> .....	53
<i>Quadro A.13.1.b – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por portador</i> .....	53
<i>Quadro A.13.2 – Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo – (Série Histórica)</i> .....	54
<i>Quadro A.15.3 – Relatório de cumprimento das Recomendações da OCI</i> .....	54
<i>Tabela III – Quantidade de Procedimentos realizados pelo Núcleo de Migração da Delegacia de Epitaciolândia</i> .....	65
<i>Tabela IV – Quantidade de Pedidos de Refúgio recebidos pelo Núcleo de Migração da Delegacia de Epitaciolândia</i> .....	66
<i>Tabela V – Resumo das Atividades relacionadas ao Controle de Segurança Privada</i> .....	67
<i>Tabela VI - Produção de laudos do SETEC/SR/DPF/AC por área de exame</i> .....	68
<i>Tabela VII – Número de solicitações de perícia nos meses de dezembro de 2009, 2010 e 2011 no SETEC/AC separadas por idade</i> .....	68
<i>Quadro B.1.2- Declaração do Contador Responsável</i> .....	70
<i>Tabela VIII – Ações De Capacitação – Cursos Presenciais</i> .....	74
<i>Tabela IX – Ações De Capacitação – Cursos Online</i> .....	76
<i>Tabela X – Ações De Capacitação – Cursos Seminários e Conferência</i> .....	77
<i>Informativo I - Informações sobre a utilização da videoconferência no DPF</i> .....	78
<i>Tabela XI – Resultado Alcançado das Metas Policiais Anuais do Ano de 2011</i> .....	79
<i>Esquema I – Mapa Estratégico do Departamento de Polícia Federal</i> .....	97

## IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

A estrutura da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre se divide em três Unidades Operacionais, quais sejam: Sede da Superintendência e duas Delegacias de Polícia Federal nos municípios de Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul.

O organograma funcional apresentado pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal (Portaria MJ nº 3.961, de 24 de novembro de 2009) para a SR/DPF/AC é o seguinte:



Por sua vez, a estrutura da Superintendência Regional, em sua Sede, é composta de nove (9) Delegacias Especializadas (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, **subordinadas a Delegacia Regional Executiva** e Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, **subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**), além de seis (6) outros Setores (Corregedoria Regional de Polícia Federal, Setor de Administração e Logística Policial, Setor Técnico-Científico, Núcleo de Inteligência Policial, Núcleo de Tecnologia da Informação, Setor de Recursos Humanos), conforme elencados abaixo:

Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre:

- Núcleo de Inteligência Policial – NIP;
- Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI;

- c) Setor de Recursos Humanos – SRH;
- d) Setor Técnico-Científico – SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial – SELOG:
  - 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF;
  - 2. Núcleo Administrativo – NAD;
- f) Delegacia Regional Executiva – DREX:
  - 1. Núcleo de Cartório – NUCART;
  - 2. Núcleo de Operações – NO;
  - 3. Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG;
  - 4. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV;
  - 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ;
  - 6. Delegacia de Defesa Institucional – DELINST;
  - 7. Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP;
  - 8. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH;
- g) Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR:
  - 1. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – DELEPAT;
  - 2. Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM;
  - 3. Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE;
- h) Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR:
  - 1. Núcleo de Disciplina – NUDIS; e
  - 2. Núcleo de Correições – NUCOR

Segundo o artigo 24 do Regimento Interno, anexo da Portaria nº 1.825 do Ministério da Justiça, de 13 de outubro de 2006, às Superintendências Regionais, na sua área de atuação, compete:

*I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal;*

*II - administrar as Unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;*

*III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais;*

*IV - executar operações policiais integradas com as Unidades Centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;*

*V - apoiar as Unidades Centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;*

*VI - promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, bem como consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das Unidades Centrais; e*

*VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.*

Além das unidades supracitadas, esta UJ ainda dispõe de quatro (4) Postos de Controle de Fronteiras, sendo estes localizados nos municípios de Assis Brasil, Plácido de Castro, Santa Rosa do Purus e Marechal Thaumaturgo, todos sob o comando do chefe da Operação Sentinela e supervisão do Superintendente Regional no Estado do Acre.

Convém ressaltar, que em 30 de dezembro de 2011, foi publicada a Portaria nº 2.877, que aprova o novo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal. O dispositivo em tela entrou em vigor no dia 02 de janeiro de 2012, quando de sua publicação no Diário Oficial da União.

## INTRODUÇÃO

O presente relatório de gestão sintetiza os principais avanços obtidos pela Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre no ano 2011 e os obstáculos encontrados. Durante esse período, o incremento dos trabalhos desenvolvidos pela instituição neste Estado foi ampliado e adequado à estrutura formal, física e a disponibilidade de pessoal aqui lotado, visando à melhoria do desempenho operacional e melhor cumprir seu papel constitucional.

Os bons trabalhos trilhados implicaram no desenvolvimento de ações estratégicas focadas na garantia legal, intensificando o combate à criminalidade na nossa circunscrição, mediante o fortalecimento da repressão e prevenção às atividades criminosas mais evidentes como o tráfico de armas e entorpecentes, contrabando e descaminho e crimes ambientais.

Será apresentado, para fins de análise, o desempenho institucional e orçamentário desta Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre no ano de 2011. Todos os dados aqui relacionados estão em consonância com as normas expedidas pelo Tribunal de Contas da União no tocante, em especial, às seguintes: Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 108/2010, Portaria TCU nº 123/2011, Orientação CGU nº 2.546/2010 e Orientação da ACI nº 01/2012.

Ressalte-se que a estrutura seqüencial aqui apresentada, está em conformidade com os tópicos relacionados no Anexo II, parte “A” (conteúdo geral) e parte “B”, com informações contábeis da Unidade, conforme Quadro B.1.2, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010. Não se aplica a esta Superintendência todo o conteúdo da parte “C” e “D”, que fará parte do Relatório de Gestão do Órgão Central ao qual esta Unidade se vincula.

Os quadros referentes à programação orçamentária originária das despesas, previstos na Portaria TCU nº 123/2011, são realizados apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças da Polícia Federal - Órgão Central e não foram incluídos no presente Relatório. A Unidade opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação.

No tocante às informações e quadros A.1.2, A.1.3, A.1.4, A.2.1, A.2.3, A.2.4, A.2.5, A.2.6, A.2.8, A.2.9, A.2.10, A.3.1, A.3.7, A.5.7, A.5.10, A.5.11, A.15.1, A.15.2, A.15.4, não se aplicam a Unidade e serão prestadas de forma centralizada.

No que tange aos itens 6, 14 e 16 da Parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 38 da parte C e a Parte D, bem como a Declaração de Verificação da Regularidade Fiscal do Anexo II da DN TCU nº 108/2010, tais não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade. No entanto, convém salientar que a Superintendência não realizou transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

Quanto às recomendações da Controladoria Geral da União para o exercício em análise, embora não tenham sido identificadas impropriedades significativas quando da Tomada de Contas (referente ao ano de 2010), apenas falhas meramente formais, esta Unidade Jurisdicionada tomou todas as medidas cabíveis a fim de saná-las durante todo o exercício de 2011, não restando assim, pendências a serem atendidas.

Faz-se pertinente ressaltar que o Estado do Acre, local onde está sediada esta Unidade Jurisdicionada, é composto por 22 (vinte e dois) municípios e ocupa uma área de 153.149,9 km<sup>2</sup>. Desta forma, para melhor desempenhar suas atribuições locais, foi editada a Portaria nº 69/2008 – DG/DPF, de 19 de fevereiro de 2008, que delimita a circunscrição em todo o Estado, estendendo-a

ainda para alguns municípios limítrofes pertencentes à UF do Amazonas. Segue abaixo a forma como foi dividida esta circunscrição entre as Unidades Operacionais no estado do Acre, bem como os respectivos municípios-sede:

## **1 - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre - SR/DPF/AC**

- **CIRCUNSCRIÇÃO:** 12 municípios – Acrelândia, Boca do Acre/AM, Bujari, Capixaba, Manoel Urbano, Pauini/AM, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira e Senador Guiomard.
- **MUNICÍPIO-SEDE:** RIO BRANCO

### **1.1 - Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul/AC DPF/CZS/AC**

- **CIRCUNSCRIÇÃO:** 12 municípios – Cruzeiro do Sul, Eirunepé/AM, Feijó, Guajará/AM, Ipixuna/AM, Itamarati/AM, Jordão, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves e Tarauacá.
- **MUNICÍPIO-SEDE:** CRUZEIRO DO SUL

### **1.2 - Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia/AC – DPF/EPA/AC**

- **CIRCUNSCRIÇÃO:** 4 municípios – Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri.
- **MUNICÍPIO-SEDE:** EPITACIOLÂNDIA

## **Principais realizações na gestão no exercício**

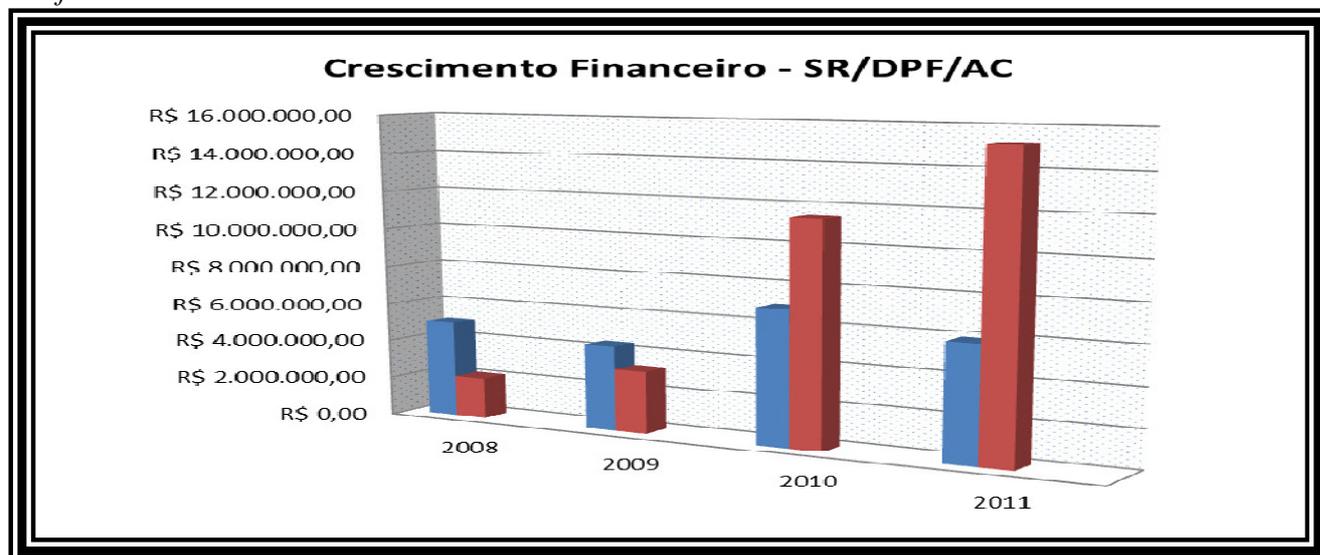
A SR/DPF/AC, propendendo à melhoria dos processos relacionados à modernização dos setores administrativos e dos trabalhos desenvolvidos de polícia judiciária, tem procurado aferir a eficiência e a qualidade dos serviços desenvolvidos e prestados nas mais diversas áreas de sua atuação, através de análise criteriosa de suas ações. Nesse sentido, não se pode deixar de olvidar que, mesmo com os cortes orçamentários ocorridos no DPF nos últimos 03 (três) anos, esta UJ aumentou, significativamente, seus recursos orçamentários e financeiros, aplicando-os sempre de maneira consciente e criteriosa.

Quanto à gestão administrativa, em cumprimento aos Programas de Apoio Administrativo e Modernização da Polícia Federal, algumas ações foram implementadas no âmbito desta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Acre. Informações mais detalhadas sobre estas ações tais como finalidade e execução financeira estão detalhadas no item 2.3.1 do presente Relatório.

No tocante as atividades realizadas na seara administrativa ressalta-se que houve significativa aplicação de recursos na aquisição de equipamentos de informática (microcomputadores, netbook's, notebook's, impressoras multifuncionais etc), mobiliários diversos (estações de trabalho, claviculário, cadeiras, armários etc), na compra de materiais permanentes (máquina extratora, geladeiras, aparelhos de ar condicionado, telefone, fax, dentre outros) e na recontração dos serviços de recepção para Delegacia de Imigração e Vigilância Armada. Vale ressaltar que na Seção IV do presente documento constam informações referentes a ações relevantes planejadas no tocante às atividades de apoio administrativo.

Para melhor ilustrar o incremento e a otimização dos recursos recebidos, segue gráfico orçamentário/financeiro contendo valores absolutos dos recursos efetivamente aplicados (liquidados) por esta Superintendência Regional, nas contas FUNAPOL (200381) e Tesouro (200380), atinente aos anos de 2008 a 2011, demonstrando o aumento das dotações desta UG.

Gráfico I – Crescimento Financeiro da UJ



	2008	2009	2010	2011
<b>TESOURO</b>	R\$ 5.017.920,26	R\$ 4.386.977,51	R\$ 6.945.686,06	R\$ 5.921.836,94
<b>FUNAPOL</b>	R\$ 2.122.126,53	R\$ 3.210.607,16	R\$ 11.415.012,78	R\$ 15.190.466,63
<b>TOTAL</b>	R\$ 7.140.046,79	R\$ 7.597.584,67	R\$ 18.360.698,84	R\$ 21.112.303,57

Fonte: SELOG/SR/DPF/AC

Em virtude do empenho dos fiscais de contratos, trabalhando de forma atuante nas funções a eles designados, bem como as campanhas visando o uso consciente do telefone, ocorreu uma grande economia das contas da Superintendência. De 2009 a 2011 a redução chegou a 55%, mesmo com os constantes aumentos impostos pelas operadoras.

Tabela II - Despesa Bruta anual com contrato de telefonia fixa

Contrato 019/2007 – OI (Telefonia Fixa)	
Ano do Exercício	Valor Bruto Total (R\$ 1,00)
<b>2009</b>	<b>410.720,05</b>
<b>2010</b>	<b>263.660,01</b>
<b>2011</b>	<b>183.840,49</b>
<b>Percentual de Redução 2009-2011</b>	<b>55 %</b>

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/AC

No que tange a atividade fim desta Unidade, dada às características adstritas as áreas fronteiriças do Estado do Acre, foram realizadas ações de combate aos crimes típicos da região, tais como tráfico de entorpecentes, contrabando, descaminho, crimes ambientais, dentre outros, com a deflagração de diversas operações policiais, além de dar continuidade e apoio às operações permanentes que fazem parte do Planejamento Estratégico do Departamento de Polícia Federal:

Operação Sentinela e Operação Arco de Fogo. Vale ressaltar ainda que o controle migratório tenha se mostrado de suma importância e tem se intensificado, face ao cenário político que tornou propensa a entrada maciça de imigrantes haitianos no país.

## **2 – Operações**

Em nível local, para alcance dos objetivos propostos pelo Órgão Central, cada Delegacia e Setor que integram esta UJ, no âmbito de sua competência, realizaram diversos trabalhos, conforme elencado abaixo:

### **2.1 Nome da Operação: Internet Segura;**

2.1.1 Objetivo: Operação de caráter pedagógico de prevenção ao abuso sexual infantil e ao uso inadequado da internet. Período: 08 de fevereiro de 2011;

2.1.2 Resultados obtidos: presença da Polícia Federal em *lan houses*, com o objetivo de prevenir ilícitos e abordar entre outros temas, questões relacionadas ao abuso sexual infantil, a pornografia infantil na Internet, formas de prevenção contra a pedofilia na rede mundial de computadores e como denunciar tais crimes.

### **2.2 Nome da Operação: Curare**

2.2.1 Objetivo: Presença do Estado Brasileiro na Fronteira Brasil/Peru;

2.2.2 Período: 25 de abril a 04 de maio de 2011;

2.2.3 Órgãos Participantes: Exército Brasileiro; IBAMA e Polícia Federal;

2.2.4 Tipificação penal: Lei 11.343 e 9605/98;

2.2.5 Resultados obtidos: Presença do Estado na região e prisão de um foragido da justiça;

### **2.3 Nome da Operação: Basypã-Winpai (Fazer o bem e querer a paz sempre);**

2.3.1 Objetivo: Construir e solidificar a base de dados da PF junto à população do Rio Juruá e Paraná dos Mouras; auxiliar os demais órgãos envolvidos a orientar as comunidades envolvidas quanto ao respeito a TI e atentar quanto a legalidades da caça.

2.3.2 Período: 16 de maio a 22 de maio de 2011;

2.3.3 Tipificação penal: Lei nº 9605/98 e 6001/73;

2.3.4 Resultados obtidos: Entrega espontânea de diversos “trabucos” (armadilhas de arma de fogo) e espingardas;

### **2.4 Nome da Operação: Operação Prevenção II;**

2.4.1 Objetivo: Como já vem se tornando usual e seguindo o sucesso da edição anterior, a Polícia Federal novamente destaca parte de seu efetivo em todo o país, nesta quarta-feira, dia 18 de maio, para realizar a Operação Prevenção II, em comemoração ao Dia Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;

2.4.2 Resultados obtidos: A Operação Prevenção tem caráter eminentemente educativo e preventivo, e tem o objetivo de alcançar pais, professores e adolescentes, bem como proprietários e usuários de *lan houses*, visando à promoção do uso seguro da Internet.

### **2.5 Nome da Operação: Operação Semana Santa;**

2.5.1 Objetivo: Realizar barreiras policiais nas principais entradas da cidade de Cruzeiro do Sul, durante a semana santa de 2011, objetivando o combate ao crime de um modo geral, especialmente ao tráfico de entorpecente;

2.5.2 Tipificação penal: Ação preventiva abrangendo todo tipo de ilicitude especialmente o artigo 33 da Lei 11.343;

2.5.3 Resultados obtidos: Prevenção na ocorrência de crimes.

**2.6 Nome da Operação: Operação Fronteira;**

2.6.1 Objetivo: Combater o tráfico de entorpecentes em toda a circunscrição da Polícia Federal de Cruzeiro do Sul;

2.6.2 Tipificação penal: artigo 33 da Lei 11.343;

2.6.3 Resultados obtidos: 09 (nove) flagrantes por tráfico de entorpecente com a prisão de 17 (dezessete) pessoas e apreensão de aproximadamente 101,5 quilogramas de pasta base de cocaína;

**2.7 Nome da Operação: Operação Barreiras;**

2.7.1 Objetivo: Prevenção ao crime nas principais vias de acesso rodoviário e fluvial de Cruzeiro do Sul;

2.7.2 Tipificação penal: Ação preventiva abrangendo todo tipo de ilicitude;

2.7.3 Resultados obtidos: 03 (três) flagrantes por tráfico de entorpecente com a prisão de 03 (três) pessoas e apreensão de aproximadamente 8,5 quilogramas de pasta base de cocaína;

**2.8 Nome da Operação: Operação Loki;**

2.8.1 Objetivo: Apurar Fraude Previdenciária (Auxílio-Reclusão) no Município de Cruzeiro do Sul;

2.8.2 Tipificação penal: Art. 171, § 3º do Código Penal;

2.8.3 Data: Outubro/2011

2.8.4 Resultados obtidos: Diversas oitivas e apreensão de documentos e dinheiros.

**2.9 Nome da Operação: Operação Maltha;**

2.9.1 Objetivo: Apurar Fraude a Licitação e Desvio de Recurso Público no Município de Marechal Thaumaturgo;

2.9.2 Tipificação penal: Crimes previstos na Lei 8666/93 e arts. 172, 288, 312 e 332 do Código Penal e crimes previstos no Decreto-Lei nº 201/67;

2.9.3 Data: Final de Setembro

2.9.4 Resultados obtidos: Cumprimento de 09 (nove) Mandados de Busca e Apreensão onde foram arrecadadas diversas provas de crimes.

**2.10 Nome da Operação: Operação Proteção Terra Indígena;**

2.10.1 Objetivo: Ações de apoio às comunidades Indígenas, especialmente no tocante ao uso de bebidas alcoólicas e a invasão das Terras Indígenas, sobretudo por parte dos moradores do entorno dessas comunidades;

2.10.2 Tipificação penal: artigo 58, III da Lei nº 6.001/73, arts. 29 a 53 da Lei 9.605/98.

2.10.3 Resultados obtidos: Realização de palestras aos indígenas orientando-os quanto aos perigos do uso do álcool e de outras drogas, abordando sobre a necessidade de que exista um controle interno quanto ao uso da ayahuasca, a necessidade de preservação do meio ambiente e a necessidade de um projeto sustentável de produção de alimentos. Visita às comunidades que vivem no entorno das Terras Indígenas, orientando-as para que não invadam aquelas terras e que preservem o meio ambiente.

**2.11 Nome da Operação: Operação DELESP;**

2.11.1 Objetivo: Fiscalizar casas noturnas e instituições bancárias com o fim de verificar o uso adequado da segurança privada;

2.11.2 Resultados obtidos: 21 vistorias bancárias; 32 (trinta e duas) fiscalizações a casas noturnas e 50 (cinquenta) averiguações de denúncias; 01 (uma) abertura de escola de formação de vigilantes.

**2.12 Nome da Operação: Operação Aeroporto;**

2.12.1 Objetivo: Realizar a segurança aeroportuária no Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul-AC;

2.12.2 Tipificação penal: Ação preventiva abrangendo todo tipo de ilicitude;

2.12.3 Resultados obtidos: Nenhuma ocorrência relevante;

**2.13 Nome da Operação: Operação Salinas;**

2.13.1 Objetivo: Repressão ao tráfico de drogas no Estado Acre e parte de Rondônia

2.13.2 Tipificação penal: Ação preventiva abrangendo todo tipo de ilicitude;

2.13.3 Resultados obtidos: 10 (dez) prisões preventivas;

No que tange às Operações Policias de Destaque, cabe observar que esta coordenação regional atua conjuntamente com outras instituições, destacando atuações conjuntas com a Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, Exército Brasileiro, Polícia Militar do Estado do Acre, Polícia Civil do Estado do Acre, Instituto Chico Mendes - ICMBio, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, Polícia Rodoviária Federal - PRF, Receita Federal do Brasil - RFB, Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre - IMAC, Secretaria da Fazenda do Estado do Acre - SEFAZ, além de organismos policiais de outros países como Policia Nacional do Peru e Policia Nacional da Bolívia, além de apoio logístico e humano a atividades policiais, principalmente de inteligência, desenvolvidas no âmbito da SR/DPF/AC e de seus delegacias no interior do Estado.

Atividades de apoio, imigração, segurança privada, controle de precursores químicos, de armas, entre outras – planejadas e executadas por essa unidade no exercício de 2011 – Nos Postos de Controle de Fronteira localizados nas cidades de Plácido de Castro, Assis Brasil, Santa Rosa do Purus e Marechal Thaumaturgo, são realizados diariamente atendimentos com relação a procedimentos de imigração, além de atendimento ao público no que se refere ao registro de armas e emissão de certidão de antecedentes criminais. Os dados estatísticos com relação aos atendimentos de imigração nos postos de controle de fronteira estão contidos na tabela abaixo:

*Tabela III – Resultados da Atividade operacional*

<b>Atividade Operacional</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Barreiras Policiais Realizadas</b>	988	1.386
<b>Patrulhas Volantes Terrestres</b>	197	423
<b>Patrulhas Fluviais</b>	50	64
<b>Barreiras Policiais Fluviais</b>	109	216
<b>Termos Circunstanciados de Ocorrência</b>	27	52
<b>Mandados de Busca e Apreensão Cumpridos</b>	101	86
<b>Mandados de Prisão Cumpridos</b>	50	62
<b>Inquéritos Policiais Instaurados</b>	85	129
<b>Autos de Prisão em Flagrante</b>	111	148
<b>Prisões efetuadas</b>	161	210
<b>Veículos Vistoriados</b>	19.728	59.850
<b>Embarcações Vistoriadas</b>	763	839

<b>Aeronaves Vistoriadas</b>	1.028	766
<b>Pessoas Vistoriadas</b>	80.613	134.207
<b>Procedimentos de imigração (entrada)</b>	14.377	22.827
<b>Procedimentos de imigração (saída)</b>	13.809	22.394
<b>Autuações (aplicação de multas)</b>	128	216
<b>Expulsões / Deportações</b>	26	31
<b>Apreensão de maconha</b>	1.522 kg	65.600 kg
<b>Apreensão de cocaína – cloridrato</b>	27.307 kg	61.100 kg
<b>Apreensão de cocaína – pasta base</b>	456.284 kg	384.940 kg
<b>Apreensão de produtos químicos controlados</b>	20 kg	-
<b>Apreensão de cigarros</b>	10.148 pacotes	6.708 pacotes
<b>Apreensão de pneus</b>	19 unidades	27 unidades
<b>Apreensão de outras mercadorias (descaminho)</b>	5.392 unidades de diversos produtos	25.156 unidades de diversos produtos
<b>Apreensão de armas de fogo</b>	22 unidades	18 unidades
<b>Apreensão de munição</b>	399 projetes	262 projetes
<b>Motocicletas apreendidas</b>	18	17
<b>Veículos apreendidos</b>	35	37
<b>Embarcação apreendida</b>	-	1

*Fonte: Coordenação da Operação Sentinela no Estado do Acre*

Cabe informar que as restrições orçamentárias impostas ao DPF, que repercutiu em redução no efetivo disponível para esta Operação Policial de fronteira, prejudicaram de certa forma as atividades da Operação Sentinela no Estado do Acre.

Como medidas implementadas para a superação de tais dificuldades, informamos que foram desativadas duas bases operacionais, uma na cidade de Eirunepé/AM e outra na cidade de Acrelândia/AC (Base Tucandeira), passando a ser pontuais e inopinadas as ações policiais nestas áreas. Outra medida foi a mudança na estratégia de abordagens e realização de barreiras policiais que deixaram de ser realizadas na linha de fronteira e concentrando os esforços nos corredores (rios e rodovias) que dão acesso à outras unidades da federação, melhorando a eficiência na fiscalização. Uma terceira medida foi à ampliação das atividades de inteligência policial, empregando um efetivo menor na área operacional e ampliando o efetivo mobilizado para a área investigativa (inteligência policial) o que resultou na confecção de diversos relatórios que subsidiou a tomada de decisões da Polícia Federal em diversos assuntos de natureza tática, logística, operacional e estratégica.

Ainda no que tange a gestão operacional e os resultados obtidos durante o ano de 2011, vale mencionar que foram inseridos 6.093 dados no Sistema Nacional de Informações Criminais e 1.352 inclusões decadatilares no Sistema Automático de Impressões Digitais, colocando, assim, a SR/DPF/AC em oitavo lugar em relação ao número total de inclusões no SINIC e AFIS, dentre todas as Superintendências Regionais.

Gráfico IV – Número de inclusões por Superintendência – SINIC



Fonte: SINIC

Para o exercício de 2011, esta UJ pretende dar continuidade aos trabalhos realizados em 2012 buscando cumprir com suas atribuições constitucionais e institucionais em conformidade com as diretrizes do órgão central e o PPA 2012-2015.

### Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos no exercício

No entanto, apesar das realizações supramencionadas, esta UJ deparou-se com dificuldades para realização de tais atuações, principalmente, relacionados com a escassez de recursos financeiros e falta de servidores tanto na área policial quanto administrativa. Contudo, tais fatos não acarretaram implicações significativas na eficácia das ações traçadas, pois esta SR/DPF/AC buscou, de todas as formas, a perfeita execução das Operações da Polícia Federal e suprir as demandas rotineiras atreladas à área administrativa.

O Estado do Acre tem a particularidade de fazer fronteira com dois países – Bolívia e Peru – demandando uma atuação ferrenha ao combate do tráfico de drogas, principalmente. Para tanto, a Superintendência Regional conta com a Operação Sentinela para fazer presente nas áreas de fronteira do Estado, e como o efetivo próprio não é suficiente para atender a demanda, a Unidade se vê obrigada a recrutar policiais de outras localidades do país, aumentando assim os custos operacionais com diárias e passagens aéreas.

## DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO

### 1.1) Identificação de Reletório de Gestão Individual

#### *Quadro V– Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual*

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça		<b>Código SIORG:</b> 316	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre			
<b>Denominação abreviada:</b> SR/DPF/AC			
<b>Código SIORG:</b> 01149	<b>Código LOA:</b> Não se aplica		<b>Código SIAFI:</b> 200380/200381
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública		<b>Código CNAE:</b> 75.24-8	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(68) 3214-1201	(68) 3214-1208	(68)3212-1230
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:sra.srac@dpf.gov.br">sra.srac@dpf.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.dpf.gov.br">http:// www.dpf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Rua Floriano Peixoto, nº 874, Centro, CEP: 69.908-030 Rio Branco/AC			
<b>Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
<p>- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</p> <p><b>SR/DPF/AC:</b> Port. 259, de 18/05/65, BS. 095, de 24/05/65 - Criada como Posto.</p> <p>- Port. 1.545, de 11/12/72, BS. 235, de 12/12/72 - Elevada a Divisão de Polícia Federal.</p> <p>- Portaria n.º 039, de 17/03/75, BS. 052, de 18/03/75- Transforma a Divisão ao Acre em Superintendência.</p> <p><b>FUNAPOL:</b> - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.</p>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
<p>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.</p> <p>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.</p> <p>- Decreto nº 6.061, de 15/03/2007.</p> <p>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15/06/2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia federal e as atribuições de seus dirigentes - alterada pela IN N° 17/08-DG/DPF; - alterada pela IN N° 39/2010-DG/DPF.</p> <p>- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.</p> <p>- Portaria nº 941/2010-DG/DPF, de 25/02/2010, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas.</p> <p>- Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o Regimento Interno do DPF.</p>			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200380	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre (Tesouro)
200381	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre (FUNAPOL)
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200380	00001
200381	00001

Fonte: SIAFI

## 2.1) Responsabilidades institucionais

### 2.1.1) Competência institucional

A Polícia Federal tem na sua origem a Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, criada por D. João VI, em 10 de maio de 1808, transformada em Departamento Federal de Segurança Pública com o Decreto-Lei nº 6.378, de 28 de março de 1944. Com a aprovação da Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, o Departamento Federal de Segurança Pública adquiriu a capacidade de atuação em todo o território. Atualmente a Polícia Federal é representada nos Estados e no Distrito Federal por suas Superintendências, pelo Órgão Central em Brasília, por suas Delegacias em diversas cidades espalhadas pelo Brasil e possui ainda representação em 16 países, com 13 (treze) Adidâncias e 10 (dez) Escritórios de Ligação.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional, devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve, segundo o artigo 144, §1º da Constituição Federal:

*I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;*

*II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;*

*III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;*

*IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.*

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a

organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção a Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Desta forma, a fim de viabilizar as ações no Estado do Acre Superintendência Regional de Polícia Federal está estruturada em três (03) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, por duas (02) Delegacias de Polícia Federal em Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, além de quatro (4) Postos de Controle de Fronteiras, sendo estes localizados nos municípios de Assis Brasil, Plácido de Castro, Santa Rosa do Purus e Marechal Thaumaturgo.

Compõem, ainda, a estrutura da sede da Superintendência Regional no Acre: 09 (nove) Delegacias Especializadas (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, subordinadas a **Delegacia Regional Executiva** e Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, subordinadas a **Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**, além de três 03 (três) Setores (Setor de Administração e Logística Policial, Setor Técnico-Científico, Setor de Recursos Humanos).

Assim, a Superintendência Regional no Estado do Acre exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição, com as atribuições de: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal e, ainda, administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004); Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Cabe à SR/DPF/AC também propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, consolidando relatórios de avaliação de suas atividades, bem como adotar ações de controle e zelo pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

Assim, a Superintendência de Regional do DPF no Estado do Acre exerce todas as atividades supracitadas, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

## 2.1.2) Objetivos estratégicos

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Considerando a revisão do Plano Estratégico de 2007/2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, foi aprovada a revisão do planejamento estratégico da Polícia Federal, para o período de 2010-2022, ora representado por três instrumentos:

- Plano Estratégico, composto por:

I - Histórico;  
II - Negócio;  
III - Missão;  
IV - Visão;  
V - Valores;  
VI - Fatores Críticos de Sucesso;  
VII - Políticas Corporativas;  
VIII - Macro Objetivos;  
IX - Objetivos Institucionais; e  
X - Ações Estratégicas.

- Portfólio Estratégico, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal, é composto de:

I - Objetivos Institucionais; e  
II - Ações Estratégicas.

- Mapa Estratégico, composto de:

I - Missão;  
II - Visão;  
III - Perspectivas;  
IV - Macro Objetivos;  
V - Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e  
VI - Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

As Perspectivas acima referidas (inciso III) devem ser compreendidas na seguinte ordem:

I – Orçamento e Finanças;  
II – Aprendizado e Crescimento;  
III – Processos Internos; e  
IV – Clientes e Resultados.

Para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar ainda os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico:

**a) Fortalecer a cultura de gestão estratégica**

Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

**b) Valorizar o Servidor**

Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

**c) Reduzir a Criminalidade**

Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

**d) Promover a Cidadania**

Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.

**e) Incrementar os Acordos e Parcerias**

Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

**f) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais**

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

**g) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação**

Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

**h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico**

Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

## 2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

### 2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011

A SR/DPF/AC atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Ela o faz em conjunto com outras unidades policiais do DPF, Forças Armadas, Força Nacional, Polícia Rodoviária, Forças locais e órgãos de governo das três esferas, agindo, assim, de forma coordenada.

Também atuam desta forma as Delegacias Descentralizadas no Estado do Acre, localizadas nos municípios de Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, sempre em consonância com a Superintendência em Rio Branco, bem como integradas entre si, principalmente no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam suas circunscrições.

Assim, a Instituição como um todo, se foca no atendimento da missão da Polícia Federal que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.” Isso, para atingir a sua visão de futuro que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Ainda no cumprimento ações dos programas contidos no PPA, em especial a ação 2586 que trata do Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional, vale destacar

que houve uma melhora significativa do atendimento ao cidadão. Esforços foram despendidos a fim de se aperfeiçoar os meios para a obtenção de passaportes e certidões, em prazos mais curtos, bem como assegurar melhorias na recepção dos aeroportos, postos de fronteira e no atendimento a estrangeiros. Tal medida restou necessária haja vista a implantação do novo Sistema de Passaporte, em atendimento ao compromisso firmado com a *International Civil Aviation Organization* – ICAO, agência especializada da Organização das Nações Unidas.

Nesse diapasão, no âmbito desta UJ, é relevante mencionar que um Posto de Atendimento foi instalado no Centro de Atendimento ao Cidadão - OCA, no centro da cidade de Rio Branco/AC, capital do estado, facilitando o acesso da população aos serviços prestados pela Delegacia de Imigração.

#### 2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011

Ressaltam-se, em breve síntese, algumas das Operações de caráter permanente instituídas pelo órgão Central, atendendo ao seu Plano Estratégico de médio e longo prazo: a Operação Sentinela, objetivando prevenir e reprimir crimes transnacionais com os países vizinhos, Bolívia e Peru, limítrofes com o Acre, e a Operação Arco de Fogo, com foco à repressão do desmatamento ilegal em regiões da Amazônia e crimes contra a fauna e flora brasileiras.

Assim, por meio da Operação Sentinela, foram intensificadas as ações de inteligência, controle e fiscalização em todo o estado, em especial nas circunscrições da Delegacia de Polícia Federal em Etipaciolândia e Cruzeiro do Sul, sobretudo nas regiões utilizadas com mais frequência como rota de tráfico. Convém ressaltar que a operação em epígrafe integra hoje o Plano Estratégico de Fronteiras, lançado no dia 08 de junho de 2011 pelo Governo Federal, prevendo a comunhão de forças dos Ministérios da Justiça e da Defesa.

Foi dada continuidade à política de ações conjuntas e a interlocução com outros Órgãos do Governo nas esferas Federal, Estadual e Municipal, tais como IBAMA, FUNAI, INCRA, Ministério da Previdência Social, 7º Batalhão de Engenharia e Construção do Acre. Assim, foram desenvolvidos trabalhos de inteligência, troca de informações e experiências, além das operações propriamente ditas, o que possibilitou êxito em diversos trabalhos desencadeados.

Ademais, além das situações que já fazem parte do rol de atribuições e responsabilidades inerentes a esta UJ, outro problema foi enfrentado no ano de 2011 e início de 2012: a entrada de haitianos no País de forma ilegal. Esta situação despendeu forte atuação por parte desta unidade, principalmente, levando-se em conta os Tratados e Convenções sobre Direitos Humanos de que o Brasil faz parte. Para resolução de tal problemática foram despendidos esforços na realização dos seguintes trabalhos:

- Força-Tarefa para realização dos procedimentos de regularização e entrada de haitianos no Brasil, sob responsabilidade da Delegacia da Polícia Federal situada no município de Etipaciolândia (DPF/EPA/AC);

- Realização de barreiras policiais nos principais pontos de entrada de imigrantes no estado do Acre, quais sejam: Ponte do município de Etipaciolândia (fronteira Bolívia), Ponte Wilson Pinheiro, no município de Brasiléia (fronteira Bolívia) e Ponte de Assis Brasil (fronteira Peru). Toda a coordenação deste trabalho esteve a cargo do Chefe da Operação Sentinela.

Pode-se inferir, diante de todo exposto, que não houve, por parte desta UJ, inércia no cumprimento de suas competências constitucionais, pelo contrário, houve efetividade no sentido de se lograr êxito e se atingir os objetivos propostos pelo Órgão Central quanto ao Planejamento Estratégico do Departamento de Polícia Federal.

## 2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

### 2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

As Superintendências não têm responsabilidade de gerir programas de governo inscritos na lei do plano plurianual – PPA, as mesmas operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

#### **Análise Crítica**

Em 2011, na Unidade Gestora FUNAPOL, o Departamento de Polícia Federal teve sob sua responsabilidade direta a execução de suas atividades finalísticas previstas no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. Em consonância com suas atribuições constitucionais, executou, em especial, os seguintes Programas de Governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade (0662), Modernização da Polícia Federal (1353) e Apoio Administrativo (0750).

O primeiro programa abrange várias atividades tais como: sistema de emissão de passaporte, controle do tráfego internacional, fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de segurança pública; prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, dentre outros; o segundo abrange a construção e ampliação das unidades do Departamento de Polícia Federal; e o terceiro trata da administração da Unidade, nela incluindo as atividades afins à área, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo, que reflete o maior montante aplicado na UJ.

Na área de Migração, é digno de registro, que desde agosto de 2009, com a finalização da implementação do passaporte brasileiro dentro dos padrões internacionais, contendo 18 elementos de segurança, o Brasil cumpriu, em todo território nacional, o compromisso constante do Documento nº 9.303 da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI (ou, em inglês, *International Civil Aviation Organization - ICAO*), agência especializada da Organização das Nações Unidas - ONU.

A importância do novo Sistema Nacional de Passaportes vai além do cumprimento de um compromisso internacional, pois constitui um verdadeiro benefício para o cidadão brasileiro portador do novo documento de viagem, tendo em vista que ele agora é possuidor de identificação com mais credibilidade, confiabilidade e segurança e que torna, desta maneira, suas viagens ao exterior mais ágeis.

Ainda sob esse contexto, vale ressaltar que, visando tornar seus serviços ainda mais claros e acessíveis a sociedade, sendo ela seu principal cliente, o Departamento de Polícia Federal aderiu ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública e utilizou sua ferramenta de gestão chamada “Carta de Serviços ao Cidadão”. Com essa medida, foi possível disponibilizar, a partir de março de 2010, informações pertinentes a todos os serviços prestados pela instituição, em especial, o de Imigração, que podem ser obtidos no próprio site ou nas dependências de todas as Unidades da Polícia Federal.

Tratando-se agora do que diz respeito aos procedimentos adotados por esta UJ, no Estado do Acre, há de se ressaltar a implantação de um posto de atendimento dentro da Central de Atendimento ao Cidadão Oca, localizado na cidade de Rio Branco, o que possibilitou a aproximação ainda maior da instituição com a população e a prestação de serviço de melhor qualidade.

A fim de se confirmar o acima exposto, vale mencionar que, no ano de 2011, foram expedidos 2.677 (dois mil seiscentos e setenta e sete) passaportes. Em comparação com o ano de 2010, quando o total foi de 2.180 (dois mil cento e oitenta), a Polícia Federal no Acre, só na capital, apresentou um crescimento em torno de 23%.

No tocante às atividades de controle administrativo, ressalta-se que a Polícia Federal no Estado do Acre, só na capital, mantém um cadastramento de 43 empresas e atua como uma extensão da DCPQ no que tange o atendimento as empresas quando da renovação e expedição de licenças de funcionamento, recebendo, compilando e enviando ao órgão central (DCPQ) toda a documentação exigida das pessoas jurídicas que atuam no setor.

Com relação acerca da necessidade de treinamento e capacitação de servidores desta Unidade para o período 2011. Os recursos descentralizados nesta ação foram de R\$ 19.420,00, sendo que foi apenas liquidado R\$ 1.600,00, por se tratar de Pós-Graduação com pagamentos por etapas concluídas. Houve decréscimo de recursos pagos em relação ao exercício anterior, sobretudo porque alguns cursos foram realizados em modo não presencial.

O Núcleo de Armamento e Tiro da SR/DPF/AC também promoveu treinamentos específicos na área do saber policial, contribuindo para aprimorar as metodologias de ação da Polícia Federal no tocante ao manuseio de armamento - a serviço, em cursos de capacitação ou em ocasiões diversas. Cabe ressaltar que, no início do ano de 2011, 22 servidores das três unidades operacionais da Superintendência de Polícia Federal no Estado do Acre concluíram o Curso Tático de Operador de Fuzil, curso este que contou com apoio de instrutores do Setor de Armamento e Tiro da Academia Nacional de Polícia (unidade de treinamento policial do DPF no âmbito do órgão central do departamento).

As despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados; contratação de pessoal de tecnologia da informação, vigilância, recepcionistas, limpeza e conservação, contínuos, telefonistas, copeiragem e manutenção predial; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); insumos e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da Superintendência e Descentralizadas. Os recursos humanos e materiais envolvidos nesta ação são aqueles diretamente envolvidos na atividade de suporte da Unidade.

Há de se ressaltar que foram adquiridos por esta UJ, como já mencionado na Introdução, vários equipamentos de informática, mobiliários diversos e na compra de materiais permanentes de uso do Setor Técnico Científico- SETEC a fim de proporcionar melhores condições de trabalho para os servidores.

Restaram também necessárias as recontrações dos serviços de recepção para DELEMIG/SR/DPF/AC, haja vista a rescisão contratual ocorrida durante o exercício de 2011, bem como o de Vigilância Armada, por impossibilidade de prorrogação de 2010 para 2011, devido a mudanças ocorridas na administração da empresa.

É importante ressaltar a continuidade da obra para Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre. Esta obra, com previsão de conclusão para março de 2013, tem por finalidade proporcionar à Polícia Federal a estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas funções, aprimorando a qualidade do atendimento ao público externo.

### 2.3.2 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Com relação ao cumprimento das metas físicas, ações que apresentaram problemas de execução, ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas, bem como as ações prioritárias na LDO, não se aplicam, pois esta UJ opera apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se refletem a toda Polícia Federal.

*Quadro VI - Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela Unidade Jurisdicionada*

<i>Função</i>	<i>Subfunção</i>	<i>Programa</i>	<i>Ação</i>	<i>Tipo da Ação<sup>1</sup></i>	<i>Prioridade<sup>2</sup></i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta prevista</i>	<i>Meta realizada</i>	<i>Meta a ser realizada em 2011</i>
06	422	1453	8375	A	2	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>
06	422	1453	20EV	A	2	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>
09	122	0750	2000	A	2	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>
09	271	0087	8452	A	2	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>
06	122	0750	2000	A	2	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>
06	122	1353	5022	A	2	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>	N/A <sup>3</sup>

<sup>1</sup> Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

<sup>2</sup> Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

<sup>3</sup> O campo preenchido com o código “N/A” – Não se Aplica. Seguiu-se a orientação da CGU para a hipótese de que UJ opere apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

Fonte: SIAFI

É mister salientar a Ação 5022, do Programa de Governo 1353 que trata da Modernização e ampliação das unidades do Departamento de Polícia Federal, diz respeito a construção do Edifício-Sede desta UJ, que encontra-se em fase de execução e estima-se sua conclusão para março de 2013. Sua licitação ocorreu em outubro de 2010, foi vencida pela empresa Itasa Construções e Incorporações Ltda, sendo o seu valor global inicial de R\$ 30.991.072,98 (trinta milhões, novecentos e noventa e um mil, setenta e dois reais e noventa e oito centavos).

Assim, esta SR/DPF/AC espera usufruir de instalações físicas mais adequadas ao melhor desempenho de suas funções, proporcionando aos seus clientes internos e externos, um ambiente digno, agradável e condizente com suas reais necessidades.

No que diz respeito ao cumprimento das metas físicas, problemas e superações enfrentados para execução das ações propostas, bem como as ações prioritárias na LDO e estabelecidas na LOA, não se aplicam a esta UJ, tendo em vista que apenas as opera como executora. Desta forma, cabe a unidade central inserir em seu relatório tais informações de forma pormenorizada. Ademais, no tocante as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constantes do SIGPLAN, elas refletem a situação do Departamento de Polícia Federal como um todo.

## 2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

### 2.4.1) Programação orçamentária da despesa

O item não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada, pois a mesma não é Unidade Orçamentária e não tem Unidade Gestora Orçamentária consolidada ou agregada.

#### 2.4.1.1) Programação de despesas correntes

O item não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada, pois a mesma não é Unidade Orçamentária e não tem Unidade Gestora Orçamentária consolidada ou agregada.

2.4.1.2) Programação de despesas de capital

O item não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada, pois a mesma não é Unidade Orçamentária e não tem Unidade Gestora Orçamentária consolidada ou agregada.

2.4.1.3) Quadro resumo da programação de despesas

O item não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada, pois a mesma não é Unidade Orçamentária e não tem Unidade Gestora Orçamentária consolidada ou agregada.

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

*Quadro VII7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa* *Valores em R\$ 1,00*

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedent e ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200380	2000 2012	-	-	5.831.625,92
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedent e ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200380	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedent e ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200381	2586 2720 2726 4572 2000	-	-	1.990.466,63
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedent e ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200381	5022	13.200.000,00	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-

	<b>Recebidos</b>	-	-	-	-	-
--	------------------	---	---	---	---	---

Fonte: SIAFI Gerencial

## 2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

### 2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

### 2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Unidade Jurisdicionada por Movimentação

#### 2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

*Quadro VIII - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos recebidos por movimentação*

Valores em R\$ 1,00

UG 200380				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>	<b>2.370.654,18</b>	<b>3.063.047,53</b>	<b>2.370.654,18</b>	<b>3.063.047,53</b>
Pregão	2.370.654,18	3.063.047,53	2.370.654,18	3.063.047,53
<b>Contratações Diretas</b>	<b>1.216.696,75</b>	<b>905.141,05</b>	<b>1.216.696,75</b>	<b>905.141,05</b>
Dispensa	1.178.326,59	873.612,56	1.178.326,59	873.612,56
Inexigibilidade	38.370,16	31.528,49	38.370,16	31.528,49
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>-</b>	<b>718.234,02</b>	<b>-</b>	<b>718.234,02</b>
Diárias	-	718.234,02	-	718.234,02
<b>Outras</b>	<b>809.799,67</b>	<b>1.578.628,15</b>	<b>809.799,67</b>	<b>1.578.628,15</b>
Não se aplica	809.799,67	1.578.628,15	809.799,67	1.578.628,15
UG 200381				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Contratações Diretas</b>	<b>1.600,00</b>	<b>4.955,00</b>		<b>4.955,00</b>
Dispensa	1.600,00	200,00	1.600,00	200,00
Inexigibilidade	-	4.755,00	-	4.755,00
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>232.898,10</b>	<b>259.783,20</b>	<b>232.898,10</b>	<b>259.783,20</b>
Suprimento de Fundos	232.898,10	259.783,20	232.898,10	259.783,20
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>-</b>	<b>2.074.833,16</b>	<b>-</b>	<b>2.074.833,16</b>
Diárias	-	2.074.833,16	-	2.074.833,16
<b>Outras</b>	<b>1.714.324,32</b>	<b>67.575,22</b>	<b>1.714.324,32</b>	<b>67.575,22</b>
Não se aplica	1.714.324,32	67.575,22	1.714.324,32	67.575,22

Fonte: SIAFI

#### 2.4.2.2.2) Despesas Correntes dos Créditos Recebidos por Movimentação

*Quadro IX - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação*

Valores em R\$ 1,00

UG 200380								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1-Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas	5.406.109,24	6.810.942,55	4.195.301,39	6.141.916,56	1.210.807,55	628.141,88	4.195.301,39	6.141.916,56

<b>Correntes</b>								
14 Diárias - Pessoal Civil	112.424,81	718.234,02	112.424,81	718.234,02	-	-	112.424,81	718.234,02
30 Materiais De Consumo	633.496,25	759.386,24	466.100,37	710.902,13	167.395,88	7.600,00	466.100,37	710.902,13
33 Passagens E Despesas Com Locomoção	357.616,03	381.735,97	293.642,17	357.164,67	63.973,86	24.571,30	293.642,17	357.164,67
36 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	113.328,98	140.448,88	113.328,98	140.448,88	-	-	113.328,98	140.448,88
37 Locação De Mão-De-Obra	1.673.907,91	1.620.731,25	1.134.728,33	1.360.238,26	539.179,28	260.492,99	1.134.728,33	1.360.238,26
39 Outros Serviços De Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	1.839.430,51	1.757.409,92	1.399.301,25	1.422.227,61	440.129,26	335.182,31	1.399.301,25	1.422.227,61
47 Obrigações Tributárias E Contributivas	8.147,27	5.656,28	8.147,27	5.656,28	-	-	8.147,27	5.656,28
92 Despesas De Exercícios Anteriores	152.481,58	577.580,56	152.481,58	577.580,56	-	-	152.481,58	577.580,56
93 Indenizações e Restituições	515.275,90	849.759,43	515.146,63	849.464,15	129,27	295,28	515.146,63	849.464,15
<b>UG 200381</b>								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1-Despesas de Pessoal</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>1.981.906,63</b>	6.810.942,55	<b>1.964.086,63</b>	6.141.916,56	<b>17.820,00</b>	669.025,99	<b>1.964.086,63</b>	6.141.916,56
14 Diárias - Pessoal Civil	1.674.314,88	718.234,02	1.674.314,88	718.234,02	-	-	1.674.314,88	718.234,02
30 Materiais De Consumo	70.171,71	759.386,24	70.171,71	710.902,13	-	48.484,11	70.171,71	710.902,13
33 Passagens E Despesas Com Locomoção	-	381.735,97	-	357.164,67	-	24.571,30	-	357.164,67
36 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	169.695,24	140.448,88	169.695,24	140.448,88	-	-	169.695,24	140.448,88
37 Locação De Mão-De-Obra	-	1.620.731,25	-	1.360.238,26	-	260.492,99	-	1.360.238,26
39 Outros Serviços De Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	63.080,56	1.757.409,92	45.260,56	1.422.227,61	17.820,00	335.182,31	45.260,56	1.422.227,61
47 Obrigações Tributárias E Contributivas	-	5.656,28	-	5.656,28	-	-	-	5.656,28
92 Despesas De Exercícios Anteriores	4.644,24	577.580,56	4.644,24	577.580,56	-	-	4.644,24	577.580,56
93 Indenizações e Restituições	-	849.759,43	-	849.464,15	-	295,28	-	849.464,15

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.2.3) Despesas de Capital dos Créditos Recebidos por Movimentação

*Quadro X3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação*  
Valores em R\$ 1,00

UG 200380								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 - Investimentos</b>	<b>421.196,18</b>	<b>134.743,51</b>	<b>201.849,21</b>	<b>122.838,91</b>	<b>219.346,97</b>	<b>11.904,60</b>	<b>201.849,21</b>	<b>122.838,91</b>
52 Equip. e Mat. Perman. – Op. Int. Orç.	421.196,18	134.743,51	201.849,21	122.838,91	219.346,97	11.904,60	201.849,21	122.838,91
UG 200381								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 - Investimentos</b>	<b>13.208.560,00</b>	<b>8.981.077,00</b>	<b>-</b>	<b>32.000,00</b>	<b>13.208.560,00</b>	<b>8.981.077,00</b>	<b>-</b>	<b>32.000,00</b>
51 Obras e Instalações – Op. Int. Orç.	13.200.000,00	8.000.000,00	-	-	13.200.000,00	8.000.000,00	-	-
52 Equip. e Mat. Perman. – Op. Int. Orç.	8.560,00	981.077,00	-	32.000,00	8.560,00	949.077,00	-	32.000,00

Fonte: SIAFI Gerencial

O contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorrido no exercício teve impacto na relação com os fornecedores, com atrasos no pagamento de faturas e dificuldades no cumprimento dos contratos, e também nas ações dos servidores da Polícia Federal, utilização de viaturas (combustíveis) e com pagamento de passagens e diárias para deslocamento.

O contingenciamento de recursos, a tempestividade na sua liberação e a demanda crescente por servidores tiveram reflexos negativos na atuação da Superintendência, não chegando a comprometer o cumprimento dos objetivos propostos. Todavia, a situação em foco demonstra que, com a crescente demanda por serviços que a Polícia Federal deve desempenhar para o combate à criminalidade e atendimento aos cidadãos, sobretudo quando se aproximam grandes eventos internacionais que o País sediará, os recursos humanos e materiais constituirão fatores decisivos para o melhor cumprimento das missões da Polícia Federal.

Atendendo metas de contenção de despesas, haja vista o contingenciamento de recursos mais uma vez ocorrida no exercício de 2011, esta UJ otimizando os recursos recebidos, pode apresentar resultados positivos no que concerne a redução dos gastos com energia elétrica, telefonia fixa, bem como manutenção de viaturas e aquisição de combustíveis.

Outro ponto relevante, e que contribui para a economia em relação ao uso da telefonia, é a utilização da videoconferência como meio de aperfeiçoamento das ferramentas de comunicação interna, em funcionamento na SR/DPF/AC desde o início de 2010. Tal tecnologia tem permitido significativa redução de custos com diárias de servidores, de forma que os responsáveis por núcleos de investigação bem como dirigentes de Setor, Delegacia, Divisão, entre outros, podem promover intercâmbio simultâneo de informações, sem necessidade de locomoção geográfica.

Além das facilidades da videoconferência, salienta-se, ainda sob esse contexto, a gestão mais eficaz da telefonia fixa convencional nesta Unidade Jurisdicionada que vem realizando um maior controle na liberação do serviço, mediante a emissão de senha individual para que o mesmo realize as chamadas telefônicas. Serviço de telefonia, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada, exige senha individual e perfil de acesso para cada usuário.

### 2.4.3) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Polícia Federal tem desenvolvido mecanismos objetivando avaliar de forma eficaz os resultados de seu desempenho, com vistas a subvencionar as decisões de sua diretoria, bem como prestar contas à sociedade e ao Governo Federal sobre sua atuação.

Desta forma, pretende-se fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Para a análise dos resultados alcançados pela SR/DPF/AC, convém ressaltar que há dois indicadores institucionais, vinculados ao Programa 0662 (Prevenção e Repressão à Criminalidade): Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais e Prazo Médio para a Conclusão de Inquéritos Policiais. A partir de 2010 esta UJ aumentou significativamente o percentual de inquéritos policiais relatados e todos os esforços são engendrados e os meios providos para manter o índice acima dos 100%. Tal medida também tem sido implementada nas delegacias de todo o Estado do Acre e prova disso é que, segundo dados extraídos do Sistema Cartorário - SISCART, em 2011, a Superintendência apresentou índice de 126,62%, a Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia apresentou índice de 100% e em Cruzeiro do Sul 142,38%, tudo isso visando cumprir as metas estabelecidas no Plano Plurianual 2008-2011.

#### 3.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Não ocorreu no exercício o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

#### 4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

*Quadro XI – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores*

*Valores em R\$ 1,00*

<b>Restos a Pagar não Processados – UG: 200380</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2011</b>
<b>2010</b>	680.930,59	297.598,72	350.873,00	32.458,87
<b>2009</b>	167.129,73	12.472,33	154.657,40	-
<b>2008</b>	803.108,06	180.084,08	623.023,98	-
<b>Restos a Pagar não Processados – UG: 200381</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2011</b>
<b>2010</b>	13.226.380,00	14.381,98	12.920.132,61	291.865,41
<b>2009</b>	873.104,86	2.296,86	870.808,00	-
<b>2008</b>	192.289,21	1.324,00	190.965,21	-

**Observações:** Exceto as considerações expostas adiante, não há nenhuma análise adicional digna de registro.

*Fonte: SIAFI Gerencial*

OBS.: Saldos a pagar em 31/12: Montante Inscrito – Cancelados – Pagos = saldo a pagar em 31/12.

#### Análise Crítica

No que tange aos restos a pagar verificar-se que ocorreu um decréscimo nos montantes inscritos tanto nos exercícios de 2008 como no de 2009. O referido decréscimo decorre de cancelamentos e

pagamentos efetuados após a liquidação dos mesmos, conforme pode ser observado nos quadros supra.

#### 5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

*Quadro XII – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12*

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Servidores em cargo efetivo (1.1 + 1.2)</b>	-	<b>215</b>	-	<b>03</b>
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	<b>215</b>	-	<b>03</b>
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	<b>215</b>	-	<b>03</b>
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>3. Total de servidores (1+2)</b>	-	<b>215</b>	-	<b>03</b>

Fonte: Planilha SRH/SIAPE

*Quadro XIII – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12*

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>06</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	03
1.2. Exercício de Função de Confiança	03
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>02</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	02
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no País	-
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>12</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	09
3.2. A pedido, a critério da Administração	02
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	01
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>04</b>
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	04
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>-</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>-</b>
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>24</b>

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

*Quadro XIV – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ*

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		

<b>1. Cargos em comissão</b>	-	<b>04</b>	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	04	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções gratificadas</b>	-	<b>19</b>	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	19	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	-	<b>23</b>	-	-

Fonte: Planilha SRH/SIAPE

Quadro XV – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>37</b>	<b>94</b>	<b>45</b>	<b>23</b>	<b>01</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	37	94	45	23	01
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>02</b>	<b>12</b>	<b>05</b>	<b>01</b>	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	02	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	02	10	05	01	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>39</b>	<b>106</b>	<b>45</b>	<b>24</b>	<b>01</b>

Fonte: Planilha SRH/SIAPE

Quadro XVI – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	-	-	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>31</b>	<b>165</b>	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	<b>02</b>	<b>18</b>	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	02	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	02	16	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>33</b>	<b>183</b>	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Planilha SRH/SIAPE

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

As informações pertinentes aos atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF, tendo em vista que os mesmos são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos – CRH, subordinada à Diretoria de Gestão de Pessoal - DGP da Polícia Federal. Os quadros expostos adiante, sobre aposentadorias e pensões concedidas no âmbito da SR/DPF/AC, referem-se a dados apenas ano exercício de 2011, de forma que o quantitativo (total) de servidores inativos ou de pensionistas é acompanhado pela CRH/DGP/DPF.

*Quadro XVII – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31/12*

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De servidores aposentados até 31/12	De aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>	-	-
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
<b>2. Proporcional</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	01	01
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>01</b>	<b>01</b>

Fonte: Planilha do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/AC

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

*Quadro XVIII - Composição do Quadro de Estagiários – Situação apurada em 31/12*

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágios vigentes				Despesas no exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	04	06	06	06	45.413,65
1.1 Área Fim	01	01	03	03	22.706,83
1.2 Área Meio	03	05	03	03	22.706,82
<b>2. Nível Médio</b>	15	15	15	16	76.925,33
2.1 Área Fim	10	10	10	10	48.078,30
2.2 Área Meio	05	05	05	06	28.847,03
<b>3. Total (1+2)</b>	19	21	21	22	122.338,98

Fonte: SIAPE

5.4) Demonstração dos custos de pessoal da UJ

O Relatório de Gestão do Órgão Central da Polícia Federal apontará os dados referentes à composição do quadro de recursos humanos desta Unidade Jurisdicionada por faixa etária e por nível de escolaridade, visto que essa é acompanhada pela Coordenação de Recursos Humanos – CRH, vinculada à Diretoria de Gestão de Pessoal - DGP. Também são apurados pela CRH/DGP/DPF o detalhamento de vencimentos e despesas variáveis, custos por cada servidor cedido ou comissionado, entre outros.

O Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/AC informou apenas os custos de recursos humanos.

Medidas já estão sendo adotadas, no tocante ao aperfeiçoamento dos sistemas de acesso às informações de recursos humanos, visando, em breve, ao compartilhamento de mais dados pelo Órgão Central com outras Unidades Jurisdicionadas da Polícia Federal.

Quadro XIX - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2011	24.950.912,58	644.240,32	598.161,28	41.771,42	1.059.593,79	-	185.515,81	-	50.565,18	27.530.760,38
	2010	25.862.790,03	642.770,34	617.823,74	46.036,23	938.259,62	-	171.958,76	51.058,76	57.141,36	28.387.839,04
	2009	23.320.219,39	655.177,71	551.891,96	39.805,44	376.500,66	-	293.249,65	-	53.774,51	25.290.619,32
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2011	232.624,62	4.990,20	-	-	5.662,00	-	-	-	-	243.277,72
	2010	127.830,42	6.312,60	-	-	4.118,81	-	-	-	-	138.261,83
	2009	127.564,12	3.156,30	-	-	1.143,62	-	-	-	-	131.864,04
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2011	-	-	69.936,08	-	-	-	-	-	-	69.936,08
	2010	-	-	70.993,94	-	-	-	-	-	-	70.993,94
	2009	-	-	52.275,63	-	-	-	-	-	-	52.275,63
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
Exercícios	2011	-	-	63.615,94	-	-	-	-	-	-	63.615,94
	2010	-	-	61.571,52	-	-	-	-	-	-	61.571,52
	2009	-	-	63.917,91	-	-	-	-	-	-	63.917,91

Fonte: DPAG/CRH/DGP/DPF

5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

*Quadro XX - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva*

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre													
UG/Gestão: 200380/200381-00001							CNPJ: 00.394.494/0019-65						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	04/2010 – SR/DPF/AC	06.272.413/0008-88 (Norsergel Vigilância e Transporte de Valores SA)	01/02/2010	30/06/2011	*	*	*	*	*	*	E
2010	L	O	05/2010 – SR/DPF/AC	08.573.956/0001-94 (Vera Ruth Ltda)	01/02/2010	31/12/2011	11	11	-	-	-	-	P
2011	V	O	07/2011 – SR/DPF/AC	02.764.609/0001-62 (Gold Service Vigilância e Segurança Ltda)	01/09/2011	31/12/2011	28	28	-	-	-	-	P
2011	V	E	04/2011 – SR/DPF/AC	09.228.233/0001-10 (Estação Vip Segurança Privada Ltda)	01/07/2011	31/08/2011	24	24	-	-	-	-	E

**LEGENDA****Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

\*: Não foi possível apurar

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/AC

**Quadro XXI - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra****Unidade Contratante****Nome:** Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre**UG/Gestão:** 200381/00001**CNPJ:** 00.394.494/0019-65**Informações sobre os contratos**

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	6	O	01/2010 – SR/DPF/AC (Copeiragem)	08.573.956/0001-94 (Vera Ruth Ltda)	01/02/2010	31/12/2011	05	05	-	-	-	-	P
2010	14	O	03/2010 – SR/DPF/AC (Marinheiro Fluvial)	09.134.888/0001-20 (Imperial Rondônia Ltda)	02/02/2010	31/12/2011	05	05	-	-	-	-	P
2010	14	O	17/2010 – SR/DPF/AC (Mensageria)	09.134.888/0001-20 (Imperial Rondônia Ltda)	02/08/2010	31/12/2011	-	-	06	05	-	-	P
2010	9	O	18/2010 – SR/DPF/AC	09.592.187/0001-34 (W.J.P. da Cunha)	21/06/2010	31/12/2011	-	-	10	06	-	-	P

			(Telefonista)										
2010	7	O	19/2010 – SR/DPF/AC (Recepção Delemig)	08.575.671/0001-92 (M.C.M. Const. Ltda)	21/06/2010	02/09/2011	-	-	04	04	-	-	E
2010	7	O	20/2010 – SR/DPF/AC (Recepção)	07.533.627/0001-57 (Lopes e Cavalcante Ltda)	16/06/2010	31/12/2011	-	-	06	07	-	-	P
2011	7	O	08/2011 – SR/DPF/AC (Recepção Delemig)	11.223.797/0001-02 (Vieira e Gomes Ltda)	-	31/12/2011	-	-	14	08	-	-	P

**Observação:** Os contratos 18/2010, objeto Alocação de mão-de-obra no serviço de telefonista e o 19/2010, objeto: alocação de mão-de-obra no serviço de recepção para o atendimento na Delegacia de Imigração, foram rescindidos ao longo do exercício de 2011 ensejando novas contratações.

**LEGENDA**

**Área:**

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/AC

## 5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

### **Considerações gerais**

O SRH local coordena as licenças por motivo de doença, bem como convoca os servidores para as perícias médicas periódicas. Quanto aos acidentes de trabalho, a Corregedoria local é a responsável pela apuração de sindicâncias.

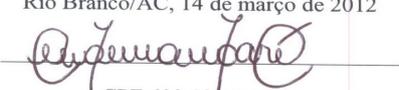
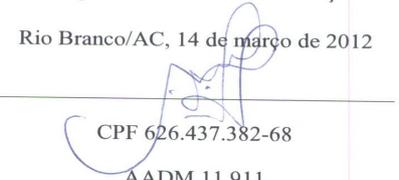
- **Rotatividade (*turnover*)** – Encontra-se em desenvolvimento pela DGP relatório de análise da Rotatividade de pessoal.

- **Educação Continuada** - A DGP pretende elaborar relatório gerencial que demonstre a quantidade de cursos disponibilizados e aqueles efetivamente realizados.

- **Disciplina** - A cargo da Corregedoria Regional da SR/DPF/AC, mediante o desenvolvimento de critérios para aplicação com futura avaliação de desempenho. Em 2011, foram instaurados 21 (vinte e um) Procedimentos Administrativos Disciplinares, sendo 05 (cinco) Processos Administrativos Disciplinares, 05 (cinco) Sindicâncias Investigativas, 01 (uma) Sindicância Acusatórias e 10 (dez) Expedientes de Natureza Disciplinar. Ademais, a Corregedoria realizou, nas três unidades desta Unidade Jurisdicionada, 308 Correções Ordinárias.

7. 1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV

*Quadro XXII - Declaração dos Responsáveis pela Área de Contratos*

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre	200380/200381
<p>Eu, CLEDIANE TAMANDARÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA, CPF nº 609.595.412-68, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula 12.776, em exercido na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos celebrados pela estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <p style="text-align: center;">Rio Branco/AC, 14 de março de 2012</p> <p style="text-align: center;"> CPF 609.595.412-68 AADM 17.776</p>	
<p>Eu, MICHELLY SANTOS DE SÁ, CPF nº 626.437.382-68, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula 11.911, em exercido na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos celebrados pela estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <p style="text-align: center;">Rio Branco/AC, 14 de março de 2012</p> <p style="text-align: center;"> CPF 626.437.382-68 AADM 11.911</p>	

8. 1) Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas

*Quadro XXIII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridade e servidores da UJ, da obrigação da entrega a DRB*

Detentores de Cargos e funções obrigados a entregar a DRB	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de entregar a DRB		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DRB	08/03/2012 03/11/2009 14/02/2011 11/05/2009	- - - 05/03/2012	- - - 05/03/2012
	Entregaram a DRB	08/03/2012 03/11/2009 14/02/2011 11/05/2009	- - - 05/03/2012	- - - 05/03/2012
	Não cumpriram a obrigação	“Não há”	“Não há”	“Não há”
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DRB	01/01/2009 01/02/2011	- -	- -
	Entregaram a DRB	01/01/2009 01/02/2011	- -	- -
	Não cumpriram a obrigação	“Não há”	“Não há”	“Não há”
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de confiança ou em Comissão)	Obrigados a entregar a DRB	19/04/2010 09/12/2010 27/05/2010 16/01/2009 03/11/2009 07/05/1999 04/11/2011 08/04/2009 03/11/2009 24/04/2011 10/02/2011 10/02/2011 03/11/2009 21/06/2011 10/02/2011 03/11/2009 09/02/2010 09/02/2010 08/11/2010	- - 31/12/2011 - - - - - - - - - - - - - - - - - 04/11/2011	- - 31/12/2011 - - - - - - - - - - - - - - - - - - 04/11/2011

		26/04/2010	18/10/2011	18/10/2011
		03/11/2009	21/08/2011	21/08/2011
	Entregaram a DBR	19/04/2010	31/12/2011	31/12/2011
		09/12/2010		
		27/05/2010		
		16/01/2009		
		03/11/2009		
		07/05/1999		
		04/11/2011		
		08/04/2009		
	03/11/2009			
	24/04/2011			
	10/02/2011	04/11/2011	04/11/2011	
	10/02/2011			
	03/11/2009			
	21/06/2011			
	10/02/2011			
	03/11/2009			
	09/02/2010			
	09/02/2010			
	08/11/2010			
	26/04/2010			18/10/2011
	03/11/2009	21/08/2011	21/08/2011	
	Não cumpriram a obrigação	“Não há”	“Não há”	“Não há”

Fonte: SRH/DPF/AC

### Análise Crítica

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendias (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

#### 9. 1) Estrutura de Controles Internos da UJ

##### Quadro XXIV - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	

4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu				X	

desempenho.					
Considerações gerais					
<b>Metodologia utilizada pela UJ para responder os quesitos:</b> Foi designado um servidor da Unidade Jurisdicionada lotado no SELOG/SR/DPF/AC para fornecer as respostas.					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Embora a Direção Geral do DPF tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado do Acre não possui Unidade de Controles Interno que possa responder sobre a natureza dos controles em questão. Até o presente momento, estas atribuições são realizadas pela Controladoria-Geral da União, pelo Assessor de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, juntamente com os demais órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Assim, foi objeto da análise supracitada o sistema de controles internos existente no Setor de Administração e Logística Policial, cujas rotinas foram consideradas relevantes para o regular desempenho orçamentário-financeiro da Unidade.

#### 10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

##### *Quadro XXV - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis*

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					X
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Os critérios de sustentabilidade são os descritos na Instrução Normativa 01 de 19/10/2010, tais como: apresentação de certificado ou documento probatório, emitido por instituição pública ou privada, de que o produto ofertado está registrado no órgão competente e, ainda,				

	que atestem sobre segurança, compatibilidade eletromagnética e consumo de energia. Ressalte-se que as exigências dependem dos bens a serem adquiridos.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					X
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Não há mensuração explícita sobre o impacto. No entanto, resta implícito no contexto, que substituindo aparelhos antigos por novos que são certificados pelo INMETRO como sendo produtos com padrão de consumo de energia "A", que há benefício direto para a Administração e os cofres públicos.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	Esta Unidade Jurisdicionada não realizou licitação direta, contudo, recebeu do órgão central, grande quantidade de papel A4 reciclado que atendeu esta UJ até agosto de 2011.				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.						X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Por meio de comunicação oficial (memorando) e publicação de aviso na intranet.					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.						X
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Lançamento do Programa Carbono Neutro 2011, divulgado na Intranet local.					
<p>Considerações Gerais:</p> <p><b>Metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos:</b>  A Comissão Permanente de Licitações da SR/DPF/AC lida diretamente com várias questões inerentes aos quesitos supracitados, tendo, portanto, respondido o questionário em epígrafe.</p> <p>Quanto ao item relacionado à conscientização dos servidores sobre a importância e responsabilidade para com o meio ambiente, esta SR/DPF/AC, dando continuidade ao Programa Carbono Neutro já mencionado no RG de 2010, realizou o plantio de cerca de 900 mudas em Capixaba, município do interior do Acre.</p> <p>No tocante a separação de resíduos, conforme determinado no Decreto nº 5.940, de 25/10/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis, descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. A Mensagem Oficial-Circular 28/2007-DLOG/DPF, de 02/07/2007 comunicou a instauração de Comissão de Coleta Seletiva Solidária no Departamento de Polícia Federal.</p> <p>Assim, a referida Comissão, após sua designação, passou a ser responsável por coordenar a implantação dos trabalhos de coleta no prédio e estabelecer o relacionamento do DPF com as associações e cooperativas de catadores participantes em todas as etapas do processo, especialmente nas fases de cadastramento e celebração dos acordos locais, além de acompanhar a implantação do programa em todas as suas etapas, desde o início da realização do diagnóstico, o planejamento da infra-estrutura para a seleção de material e para a coleta diferenciada dos resíduos, o armazenamento temporário, o sistema de retirada do material, a sensibilização e educação permanente dos servidores e demais integrantes da instituição, até a avaliação e monitoramento do processo.</p>						
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>						

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/AC

### 11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Seguem adiante três quadros com dados sobre a distribuição espacial e discriminação dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União, sob responsabilidade da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre, bem como sobre os imóveis locados por esta Regional.

*Quadro XXVI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União*

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	ACRE	07	07
	Cruzeiro do Sul	01	01
	Epitaciolândia	04	04
	Rio Branco	02	02
Subtotal Brasil		07	07
EXTERIOR		Não há	Não há
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		07	07

Fonte: Portal do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet  
(www.spiunet.spu.planejamento.gov.br)

*Quadro XXVII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros*

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	ACRE	01	01
	Rio Branco	01	01
Subtotal Brasil			
EXTERIOR		Não há	Não há
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: Setor de Gerenciamento de Contratos/SELOG/SR/DPF/AC

*Quadro XXVIII - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ*

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel em R\$			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200380	0105.00026.500-1	Em Regularização - Outros	Ótimo	-	20/06/2008	R\$ 417.353,71	-	-
200380	0105.00027.500-7	Em Regularização - Outros	Reparos Importantes	-	20/06/2008	R\$ 46.954,63	-	-
200380	0105.00028.500-2	Em Regularização - Outros	Reparos Importantes	-	20/06/2008	R\$ 46.954,63	-	-
200380	0105.00029.500-8	Em Regularização - Outros	Reparos Importantes	-	20/06/2008	R\$ 213.954,63	-	-
200380	0107.00079.500-7	Entrega-Administração Federal Direta	Regular	-	08/11/2011	R\$ 570.668,77	-	-
200380	0139.00272.500-4	Em Regularização - Outros	Bom	-	16/07/2012	R\$ 172.879,68	-	-
200380	0139.00292.500-3	Entrega-Administração Federal Direta	-	-	04/04/2010	R\$ 734.643,00	-	-
<b>Total</b>							-	-

*Fonte: Grupos Técnico em Edificações - GTED e Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União RIP – Registro Imobiliário Patrimonial*

## 11.2) Análise Crítica Sobre a Gestão de Imobilizados sob Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

A Superintendência está construindo sua nova Sede e se faz necessária a atualização das parcelas já concluídas, o que afetará no valor do imóvel.

Para sanar esta inconformidade, em 2011, foram adotadas medidas visando à realização de capacitação de servidores e a adequada atualização dos valores dos imóveis de uso especial sob real responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada. Por consequência, houve melhorias na avaliação dos referidos imóveis, de modo mais compatível com a realidade, a fim de que a base monetária passasse a ser mais confiável e o valor registrado no SPIUnet espelhe o valor de mercado, considerando-se os valores depreciáveis, quando cabíveis.

## 12.1) Gestão de Tecnologia da Informação

Na Polícia Federal, existe a área de Tecnologia de Informação é composta por um órgão central, a Coordenação de Tecnologia da Informação - CTI, cuja responsabilidades englobam elaboração e consolidação do Plano Diretor de Informática, desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos, estrutura da intranet e conexões dessa com a internet, entre outras funções típicas de Direção Geral. Nas Superintendências, os Núcleos de Tecnologia da Informação – NTI's são responsáveis pela difusão e aplicação das diretrizes e normas traçadas pela CTI, pela manutenção da infraestrutura de TI, em especial equipamentos e intranet, e pelo atendimento aos usuários locais.

A avaliação da gestão de Tecnologia de Informação no âmbito desta Unidade Jurisdicionada está demonstrada no quadro a seguir. Entretanto, salienta-se que muitos dos quesitos adiante avaliados não se aplicam aos NTIs. Neste diapasão, com o intuito de não prejudicar o quesito, o mesmo foi respondido como (1) – Totalmente Inválida.

*Quadro XXIX - Gestão de Tecnologia da Informação da UJ*

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			x		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		x			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	x				
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	2-SERV / 0-TERC.				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					x
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				x	
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					



*Quadro XXX – Despesas pagas com cartão de crédito corporativo por UG e por portador (Despesas de Pequeno Vulto)*

Código da UG	200380	Limite de Utilização da UG	-		
Portador*	CPF*	Valor do Limite Individual	Valor		
Não houve uso nesta UG	-	-	-		
	-	-	-		
Código da UG	200381	Limite de Utilização da UG	400.000,00		
Portador*	CPF*	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Raimundo Almeida de Araújo	013.026.122-04	8.000,00	-	7.470,85	7.470,85
Nery Tadeu Madeiro Tenório	382.849.604-00	16.000,00	-	6.423,40	6.423,40
<b>Total utilizado pela UG sob Regime de Pequeno Vulto</b>			-	13.894,25	13.894,25
<b>Total utilizado pela UJ</b>			-	13.894,25	13.894,25

Fonte: SIAFI

\*Obs.: Os supridos que executaram despesas sob o regime especial de execução tiveram seus nomes e CPF's omitidos, em observância ao §1º do art. 4º da Decisão Normativa TCU N° 108/2010. Assim, o quadro acima apenas contempla o CPF dos supridos que realizara despesas de pequeno vulto.

*Quadro XXXII.a – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por portador (Regime Especial de Execução)*

Código da UG	200380	Limite de Utilização da UG	-		
Portador*	CPF*	Valor do Limite Individual	Valor		
Não houve uso nesta UG	-	-	-		
	-	-	-		
Código da UG	200381	Limite de Utilização da UG	400.000,00		
Portador*	CPF*	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Não divulgado**	Não divulgado**	69.000,00	11.672,00	56.813,23	68.485,23
<b>Total utilizado pela UG sob Regime de Pequeno Vulto</b>			11.672,00	56.813,23	68.485,23
<b>Total utilizado pela UJ</b>			11.672,00	56.813,23	68.485,23

Fonte: SIAFI

\*\* Os nomes para esse Regime de Execução não foram divulgados obedecendo a orientações da Mensagem Oficial-Circular 004/2012-GAB/DG/DPF, de 03 de fevereiro de 2012

*Quadro XXXII – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por portador (Regime Especial de Execução em Caráter Sigiloso)*

Código da UG	200380	Limite de Utilização da UG	-		
Portador*	CPF*	Valor do Limite Individual	Valor		

Não houve uso nesta UG		-	-	-	
		-	-	-	
Código da UG	200381	Limite de Utilização da UG		400.000,00	
Portador*	CPF*	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Não divulgado**	Não divulgado**	181.000,00	156.780,00	7.632,83	164.412,83
<b>Total utilizado pela UG sob Regime de Pequeno Vulto</b>			156.780,00	7.632,83	164.412,83
<b>Total utilizado pela UJ</b>			156.780,00	7.632,83	164.412,83

Fonte: SIAFI

\*\* Os nomes para esse Regime de Execução não foram divulgados obedecendo a orientações da Mensagem Oficial-Circular 004/2012-GAB/DG/DPF, de 03 de fevereiro de 2012

**Quadro XXXIII – Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo – (Série Histórica)**

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	220	173.022,00	26	78.340,31	251.362,31
2010	182	91.455,20	45	74.658,79	166.113,99

Fonte: SIAFI

**15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício**

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre não recebeu determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União no exercício de 2010.

**15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício**

Não houve deliberações do Tribunal de Contas da União para esta Unidade Jurisdicionada que tenham permanecido pendentes de atendimento no exercício de 2010.

**15.3) Recomendações da CGU atendidas no exercício**

Conforme demonstrado adiante, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre atendeu a todas as recomendações da Controladoria-Geral da União no exercício de 2011.

De acordo com a Assessoria Especial de Controles Internos do Ministério da Justiça, as constatações e impropriedades apontadas pela auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno não acarretaram ressalvas no Certificado de Auditoria emitido pela CGU.

**Quadro XXXIV – Relatório de cumprimento das Recomendações da OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre - SR/DPF/AC			200380/200381
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de	Item do RA	Comunicação Expedida

	<b>Auditoria</b>		
1	201108800	1.1.2.1	Ofício nº 30753/2011/CGU-Regional/AC/CGU-PR
<b>Órgão/entidade responsável objeto da recomendação</b>			
Controladoria Geral de União - CGU			
<b>Descrição do Item do Relatório</b>			
Ausência de documentação comprobatória de que as aquisições da unidade têm obedecido a critérios de sustentabilidade ambiental.			
<b>Descrição das Recomendações:</b>			
<b>Recomendação nº 01</b>			
Adotar, nas contratações futuras, o que determina a legislação sobre as contratações sustentáveis para realização de obras ou aquisições de bens e serviços, conforme determina a Lei de Licitações e a Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela implementação</b>			
Comissão Permanente de Licitação – CPL/DPF/AC			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
As contratações da Superintendência deverão passar a privilegiar bens, serviços e obras sustentáveis, ou seja, que causem menor impacto ambiental. As especificações elaboradas nos Termos de Referência para a aquisição de bens e contratação de serviços e obras deverão conter, a partir de agora, critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Priorizar a aquisição de itens sustentáveis cadastrados no Catálogo de Materiais (CATMAT) do Sistema de Compras do Governo Federal.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
A unidade passou a privilegiar aquisição de bens, serviços e obras sustentáveis, ou seja, que causem menor impacto ambiental. Introdução de campanhas educativas acerca do uso consciente da água, energia elétrica e papel A4.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não há.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre - SR/DPF/AC			200380/200381
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
2	201108800	2.1.1.1	Ofício nº 30753/2011/CGU-Regional/AC/CGU-PR
<b>Órgão/entidade responsável objeto da recomendação</b>			
Controladoria Geral de União - CGU			

<b>Setor responsável objeto da recomendação</b>			
Gabinete da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre			
<b>Descrição do Item do Relatório</b>			
Ausência de elaboração de Plano Estratégico Institucional da unidade regional.			
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
<b>Recomendação nº 01</b>			
Proceder à elaboração de Plano Estratégico Institucional da SR/DPF/AC, contemplando informações que permitam indicar: objetivos e metas, processos críticos, diagnóstico, probabilidade e meios de mitigação de riscos; níveis de riscos operacionais; acompanhamento/atualização dos riscos identificados e mensuração e classificação dos riscos, de forma a subsidiar o gestor da Unidade na adoção de providências para redução ou eliminação dos riscos.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela implementação</b>			
Órgão Central			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
A Polícia Federal possui um planejamento estratégico unificado para todas as Unidades, e foi incluído na atual Relatório.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, conforme Boletim de Serviço nº 209 de 04 de novembro de 2010.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não há			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre - SR/DPF/AC			200380/200381
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
3	201108800	2.1.1.2	Ofício nº 30753/2011/CGU-Regional/AC/CGU-PR
<b>Órgão/entidade responsável objeto da recomendação</b>			
Controladoria Geral de União - CGU			
<b>Setor responsável objeto da recomendação</b>			
Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/AC			
<b>Descrição do Item do Relatório</b>			
Fragilidade nos controles internos relativos à área de gestão de pessoal, comprometendo a integridade dos procedimentos.			
<b>Descrição da Recomendação nº 01</b>			
<b>Recomendação nº 01</b>			
Adotar controles visando o aperfeiçoamento das rotinas relacionadas à gestão de recursos humanos, de modo a evitar a ocorrência de falhas que possam impactar negativamente na gestão da Unidade, a exemplo de pagamento de adicional de periculosidade a servidores não lotados em local amparado por laudo ambiental.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela implementação</b>			
Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/AC			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Conferência de todo quadro desta Regional a fim de apurar se não há mais nenhuma irregularidade, e criação de controles internos mais efetivos na área de gestão de pessoal, objetivando abolir pagamentos indevidos. Restituição ao Erário de pagamentos de adicional de periculosidade indevidos.			

<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Implementação de controles internos mais eficientes no SRH			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não há.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre - SR/DPF/AC			200380/200381
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
4	201108800	3.1.1.1	Ofício nº 30753/2011/CGU-Regional/AC/CGU-PR
<b>Órgão/entidade responsável objeto da recomendação</b>			
Controladoria Geral de União - CGU			
<b>Setor responsável objeto da recomendação</b>			
GTED/SR/DPF/AC			
<b>Descrição do Item do Relatório</b>			
Intempestividade na adoção de providências visando à regularização de imóvel de uso especial no SPIUnet.			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>Recomendação nº 01</b>			
Dar continuidade à adoção de medidas visando à atualização das informações dos imóveis de RIP's 105000265001, 105000275007, 105000295008 e 107000795007 no SPIUnet.			
<b>Recomendação nº 02</b>			
Aprimorar as rotinas de gerenciamento dos imóveis de uso especial sob a responsabilidade da UJ, de forma a possibilitar o registro tempestivo de informações no SPIUnet, evitando, assim, a ocorrência de situações semelhantes.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela implementação</b>			
GTED/SR/DPF/AC			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Capacitação de servidores do Setor de Administração e Logística Policial - SELOG ligados diretamente ao controle patrimonial em cursos de aperfeiçoamento no sistema SPIUnet. Adotar uma rotina de acompanhamento e atualizações de informações tempestivamente no sistema SPIUnet. Registre-se que as informações dos imóveis de RIP's 105000265001, 105000275007, 105000295008 e 107000795007 já foram atualizadas no SPIUnet. Registre-se que nos dias 13 e 14 de junho de 2011 ocorreu o curso de Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União oferecido pela Superintendência de Patrimônio da União – SPU/AC, com duração de 20h e contou com a participação de servidor lotado no Setor de Patrimônio do Núcleo de Administrativo – NAD, bem como a participação do Chefe do Setor de Administração e Logística Policial - SELOG no III Curso de Gerenciamento de Bens Móveis e Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e Regularização de Contas no SIAFI, no período de 29/08/2011 a 02/09/2011, oferecido pelo Setorial Contábil – SECONT em Brasília/DF.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
As atualizações estão sendo realizadas de forma sistemática.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não há.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre - SR/DPF/AC			200380/200381

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201108800	4.2.1.2	Ofício nº 30753/2011/CGU-Regional/AC/CGU-PR
<b>Órgão/entidade responsável objeto da recomendação</b>			
Controladoria Geral de União - CGU			
<b>Setor responsável objeto da recomendação</b>			
SRH/SR/DPF/AC			
<b>Descrição do Item do Relatório</b>			
Fragilidade das rotinas de acompanhamento da entrega, por servidores integrantes do rol de responsáveis, de declaração de bens e rendas ou de autorização para acesso às informações na página eletrônica da Secretaria da Receita Federal do Brasil.			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>Recomendação nº 01</b>			
Aprimorar os controles relativos ao acompanhamento do recebimento das declarações de bens e rendas, ou das autorizações de acesso das informações na página eletrônica da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de servidores ocupantes de cargos em comissão ou funções comissionadas, em conformidade com a Lei nº 8.730/93 e a Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela implementação</b>			
SRH/SR/DPF/AC			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Controle de forma mais efetiva, pelo Setor de Recursos Humanos, o acompanhamento do recebimento das declarações de imposto de renda dos servidores integrantes do rol de responsáveis ou de autorização para acesso às informações na página eletrônica da Secretaria da Receita Federal do Brasil.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Os valores pagos, indevidamente aos servidores em questão foram revisados, bem como ressarcidos ao erário, dentro do prazo estipulado pelo órgão de controle interno. Os procedimentos e controles internos encontram-se em fase de mudanças no SRH desta Regional e serão observados criteriosamente a fim de que não ocorram mais falhas relevantes em sua execução.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não há.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre - SR/DPF/AC			200380/200381
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201108800	4.2.2.1	Ofício nº 30753/2011/CGU-Regional/AC/CGU-PR
<b>Órgão/entidade responsável objeto da recomendação</b>			
Controladoria Geral de União - CGU			
<b>Setor responsável objeto da recomendação</b>			
SRH/SR/DPF/AC			
<b>Descrição do Item do Relatório</b>			
Pagamento de adicional de periculosidade a servidores não lotados em local amparado por laudo ambiental.			

<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>Recomendação nº 01</b> Adotar providências visando à devolução ao Erário dos valores pagos indevidamente a título de adicional de periculosidade aos servidores de matrículas SIAPE 1476184 e 1512217, na forma disposta no art. 46 da Lei nº 8.112/90.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela implementação</b>			
SRH/SR/DPF/AC			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
<b>Recomendação nº 01</b> Devolução ao Erário dos valores pagos indevidamente.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Criação de controles internos na Gestão de Pessoal a fim de evitar o pagamento de adicional de periculosidade a servidores não lotados em local amparado por laudo ambiental. Comunicação aos servidores citados e devolução de forma parcelada ao Erário dos valores pagos indevidamente.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não há.			
Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre - SR/DPF/AC			200380/200381
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
7	201108800	4.2.3.1	Ofício nº 30753/2011/CGU-Regional/AC/CGU-PR
<b>Órgão/entidade responsável objeto da recomendação</b>			
Controladoria Geral de União - CGU			
<b>Setor responsável objeto da recomendação</b>			
SRH/SR/DPF/AC			
<b>Descrição do Item do Relatório</b>			
Fragilidade das rotinas de acompanhamento da entrega, por servidores integrantes do rol de responsáveis, de declaração de bens e rendas ou de autorização para acesso às informações na página eletrônica da Secretaria da Receita Federal do Brasil.			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>Recomendação nº 01</b> Aprimorar os controles relativos ao acompanhamento do recebimento das declarações de bens e rendas, ou das autorizações de acesso das informações na página eletrônica da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de servidores ocupantes de cargos em comissão ou funções comissionadas, em conformidade com a Lei nº 8.730/93 e a Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela implementação</b>			
SRH/SR/DPF/AC			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Controle de forma mais efetiva, pelo Setor de Recursos Humanos, o acompanhamento do recebimento das declarações de imposto de renda dos servidores integrantes do rol de responsáveis ou de autorização para acesso às informações na página eletrônica da Secretaria da Receita Federal do Brasil.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Os valores pagos, indevidamente aos servidores em questão foram revisados, bem como ressarcidos ao erário, dentro do prazo estipulado pelo órgão de controle interno.			

Os procedimentos e controles internos encontram-se em fase de mudanças no SRH desta Regional e serão observados criteriosamente a fim de que não ocorram mais falhas relevantes em sua execução.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não há.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre - SR/DPF/AC			200380/200381
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
8	201108800	5.1.3.2	Ofício nº 30753/2011/CGU-Regional/AC/CGU-PR
<b>Órgão/entidade responsável objeto da recomendação</b>			
Controladoria Geral de União - CGU			
<b>Setor responsável objeto da recomendação</b>			
NEOF/SELOG/SR/DPF/AC			
<b>Descrição do Item do Relatório</b>			
Inscrição indevida de restos a pagar não processados e não adoção tempestiva de providências visando ao cancelamento de saldos que não mais serão utilizados.			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>Recomendação nº 01</b>			
Adotar medidas objetivando o cancelamento dos saldos dos empenhos 2010NE900021, 2010NE900026, 2010NE900265 e 2010NE900040, inscritos em restos a pagar não processados em 31/12/2010. Caso se verifique que parcela ou a totalidade do saldo será utilizada para pagamento de serviços realizados no exercício de inscrição, promover gestões junto aos fornecedores visando à emissão das faturas discriminatórias dos serviços e ao encaminhamento dos documentos ao NEOF para liquidação.			
<b>Recomendação nº 02</b>			
Adotar rotinas visando evitar a inscrição de restos a pagar não processados quando referentes a serviços já prestados. Em caso de total impossibilidade da liquidação ocasionada pela não entrega de documentos pelos contratados, atuar junto aos fornecedores de forma ostensiva, possibilitando a celeridade, no exercício posterior ao exercício de inscrição, da liquidação ou cancelamento dos saldos dos empenhos.			
<b>Recomendação nº 03</b>			
Adotar medidas objetivando o cancelamento do saldo do empenho 2010NE900009, indevidamente inscrito em restos a pagar em 31/12/2010.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela implementação</b>			
NEOF/SELOG/SR/DPF/AC			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Cancelamento os saldos dos empenhos 2010NE900021, 2010NE900026, 2010NE900265 e 2010NE900040, inscritos em restos a pagar não processados em 31/12/2010; cancelamento do saldo do empenho 2010NE900009; e incremento dos controles internos existentes no Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF a fim de evitar a inscrição de restos a pagar não processados de serviços já prestados.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
A criação de controles reduziu a ocorrência destes eventos.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não há.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>

Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre - SR/DPF/AC			200380/200381
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201108800	5.1.4.1	Ofício nº 30753/2011/CGU-Regional/AC/CGU-PR
<b>Órgão/entidade responsável objeto da recomendação</b>			
Controladoria Geral de União - CGU			
<b>Setor responsável objeto da recomendação</b>			
Comissão Permanente de Licitação – CPL/DPF/AC			
<b>Descrição do Item do Relatório</b>			
Apuração de valor médio dos preços de mercado com base em apenas 2 propostas, sendo uma delas a da vencedora do certame.			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>Recomendação nº 01</b>			
Proceder, conforme determina o item 9.1.2. Acórdão 1547/2007 - Plenário, do Tribunal de Contas da União, que diz "quando da realização de licitação, à consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do Sistema de Registro de Preços, em cumprimento ao disposto art. 43, inc. IV, da Lei 8.666/93, consubstanciando a pesquisa no mercado em, pelo menos, três orçamentos de fornecedores distintos, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório."			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela implementação</b>			
Comissão Permanente de Licitação – CPL/DPF/AC			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Realização de amplas e rigorosas pesquisas de preço de produtos e serviços, com no mínimo 03 (três) orçamentos; consultas no Sistema de Registro de Preço de atas vigentes com produtos e serviços semelhantes, a fim de verificar se a adesão é mais vantajosa; consulta de preços fixados por órgão oficial competente, nos termos do item 9.1.2., do Acórdão nº 1547/2007 - Plenário, do Tribunal de Contas da União. Pesquisar junto aos Órgãos e Entidades do Estado os preços praticados nos contratos vigentes.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Aprimoramento das técnicas de coleta de preços.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não há.			
Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre - SR/DPF/AC			200380/200381
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201108800	5.1.4.2	Ofício nº 30753/2011/CGU-Regional/AC/CGU-PR
<b>Órgão/entidade responsável objeto da recomendação</b>			
Controladoria Geral de União - CGU			
<b>Setor responsável objeto da recomendação</b>			
Comissão Permanente de Licitação – CPL/DPF/AC			
<b>Descrição do Item do Relatório</b>			
Contratação de serviços de vigilância por valores superiores aos limites permitidos pela Portaria nº 05, de julho de			

2009, da SLTI/MPOG.			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>Recomendação nº 01</b> Proceder, conforme determinado no Acórdão 2729/2009 TCU- Plenário, que diz: "9.3.2. em futuras contratações de empresas especializadas na prestação de serviços de segurança e vigilância armada, sejam adotados como limites máximos de preços aqueles definidos pela Portaria SLTI n.º 4, de 18 de maio de 2009 (ou por outro normativo que a substitua), devendo-se justificar quaisquer necessidades excepcionais na execução dos serviços que importe em majoração dos custos."			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela implementação</b>			
Comissão Permanente de Licitação – CPL/DPF/AC			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
<b>Recomendação nº 01</b> Observação dos limites de valores impostos pela legislação vigente.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Nova licitação ocorrida com os valores dentro da Portaria.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não há.			
Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre - SR/DPF/AC			200380/200381
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
11	201108800	5.1.4.3	Ofício nº 30753/2011/CGU-Regional/AC/CGU-PR
<b>Órgão/entidade responsável objeto da recomendação</b>			
Controladoria Geral de União - CGU			
<b>Setor responsável objeto da recomendação</b>			
Comissão Permanente de Licitação – CPL/DPF/AC			
<b>Descrição do Item do Relatório</b>			
Deficiências na elaboração de termo de referência para aquisição de viaturas.			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>Recomendação nº 01</b> Pesquisar, em casos futuros, antes de promover a adesão a Atas de Registro de Preços, a existência de vantagem para a Administração, comprovando, com documentação a constar nos autos dos processos de que foram realizadas consultas de preços em outras empresas diferentes da vencedora da Ata a qual se pretende aderir.			
<b>Recomendação nº 02</b> Definir, ao iniciar processo para adesão à ARP, o objeto a ser contratado ou adquirido, por meio da elaboração de projeto básico ou termo de referência, consubstanciando o máximo de detalhes possíveis que permitam caracterização do objeto com riqueza de detalhes suficientes sem, no entanto, provocar restrição da competitividade a qual deve se submeter todos os certames públicos.			
<b>Recomendação nº 03</b> Submeter, sobretudo quando os valores das contratações forem elevados, os procedimentos de adesão à Ata de Registro de Preços, à apreciação do Núcleo de Assistência Jurídica, de forma a tentar identificar possíveis falhas formais que possam comprometer a integridade da contratação por meio da adoção deste tipo de procedimento.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela implementação</b>			
Comissão Permanente de Licitação – CPL/DPF/AC			

<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Verificação em todas as licitações do Órgão se há vantagem para a Administração, comprovando, com documentação a constar nos autos dos processos de que foram realizadas consultas de preços em outras empresas diferentes da vencedora da Ata a qual se pretende aderir, definir, ao iniciar processo para adesão à ARP, o objeto a ser contratado ou adquirido, por meio da elaboração de projeto básico ou termo de referência com o detalhamento necessário sem restringir a concorrência e submeter os autos à apreciação do Núcleo de Assistência Jurídica.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Ampliação da competitividade dos licitantes e obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não há.			
Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre - SR/DPF/AC			200380/200381
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
12	201108800	5.1.5.1	Ofício nº 30753/2011/CGU-Regional/AC/CGU-PR
<b>Órgão/entidade responsável objeto da recomendação</b>			
Controladoria Geral de União - CGU			
<b>Setor responsável objeto da recomendação</b>			
CONTRATOS/SELOG/SR/DPF/AC			
<b>Descrição do Item do Relatório</b>			
Pagamento de adicional de periculosidade a servidores não lotados em local amparado por laudo ambiental.			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>Recomendação nº 01</b>			
Realizar pesquisas de preços no mercado local, em casos futuros, antes de celebrar termos aditivos a contratos de modo a evidenciar nos autos dos processos administrativos a continuidade da vantagem para a Administração de se manter o contrato com determinada empresa em detrimento da celebração de novo certame licitatório.			
<b>Recomendação nº 02</b>			
Utilizar, quando optar por realizar pesquisas no portal "Comprasnet", como parâmetro, certames realizados para fornecimento ou prestação de serviços no Estado do Acre ou Estado da Região Norte, observando se existe coincidência ou o máximo de aproximação possível da natureza do objeto pesquisado com o objeto da prorrogação do contrato, de modo a caracterizar que a pesquisa do portal tem condições de servir como real instrumento para definição do valor de mercado que subsidiará na decisão pela prorrogação ou pela realização de novo certame.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela implementação</b>			
CONTRATOS/SELOG/SR/DPF/AC			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Realizações de amplas e rigorosas pesquisas de mercado, a fim de garantir a continuidade da vantagem da Administração.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Criação de controles internos na Seção de Contratos a fim de não mais ocorrerem tais impropriedades.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não há.			
Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>

Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre - SR/DPF/AC			200380/200381
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201108800	5.1.5.2	Ofício nº 30753/2011/CGU-Regional/AC/CGU-PR
<b>Órgão/entidade responsável objeto da recomendação</b>			
Controladoria Geral de União - CGU			
<b>Setor responsável objeto da recomendação</b>			
CONTRATOS/SELOG/SR/DPF/AC, Comissão Permanente de Licitação – CPL/DPF/AC e NEOF/SR/DPF/AC.			
<b>Descrição do Item do Relatório</b>			
Pagamento a fornecedores sem realização de consulta de regularidade fiscal.			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>Recomendação nº 01</b>			
Proceder, antes da realização de pagamentos, conforme orientação constante do PARECER PGFN/CJU 401, de 23 de março 2000, que diz: "18.1 a cláusula contratual que prevê a suspensão dos pagamentos, quando a contratada estiver irregular junto ao SICAF, não encontra amparo legal. 18.2 esta cláusula deverá ser declarada nula nos contratos em vigor; 18.3. constatada a situação de irregularidade da contratada junto ao SICAF, deve-se providenciar sua advertência, por escrito, no sentido de que, em prazo exequível (desde logo determinado), a contratada regularize sua situação junto ao SICAF ou, no mesmo prazo apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato; este prazo poderá ser prorrogado a critério da administração."			
<b>Recomendação nº 02</b>			
Certificar-se, ao atestar notas fiscais referentes à aquisição de bens ou a prestação de serviços, de que a Nota Fiscal ou Fatura contempla todas as informações necessárias para caracterização da despesa a qual se refere, inclusive, se sua data de emissão está devidamente preenchida.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela implementação</b>			
CONTRATOS/SELOG/SR/DPF/AC, Comissão Permanente de Licitação – CPL/DPF/AC e NEOF/SR/DPF/AC.			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Os Fiscais/Gestores de Contratos irão certificar ao atestarem as notas fiscais/faturas se todas as informações necessárias para caracterização da despesa a qual se refere, inclusive, se sua data de emissão está devidamente preenchida e verificar junto ao SICAF se a regularidade fiscal está em dia. Constatada a situação de irregularidade da contratada junto ao SICAF, deve-se providenciar sua advertência, por escrito, no sentido de que, em prazo exequível (desde logo determinado), a contratada regularize sua situação junto ao SICAF ou, no mesmo prazo apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato. Incluir nos contratos futuros, cláusula que prevê a suspensão dos pagamentos, quando a contratada estiver irregular junto ao SICAF. Inclusão nos processos de pagamentos, caso não exista, pesquisa acerca da regularidade fiscal do fornecedor pelo Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Extinção do evento.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não há.			

*Plano de Providência Permanente – SR/DPF/AC*

17.1) Outras informações consideradas relevantes pela UJ e dificuldades enfrentadas na gestão

No tocante ao trabalho de controle migratório realizado pelo Departamento de Polícia Federal no estado do Acre, destacou-se o trabalho realizado pelo Núcleo de Imigração da Delegacia

de Polícia Federal em Epitaciolândia. Tendo em vista sua localização, tríplice fronteira Brasil/Bolívia/Peru, este núcleo realiza os mais diversos atendimentos a estrangeiros, desde o tráfego migratório aos pedidos de naturalização. Abaixo relacionados por número de atendimentos. Saliente-se que estão computados apenas os que deram entrada no período do ano de 2011, porém muitos processos que foram iniciados nos anos anteriores ainda estão em andamento e foram movimentados nesse período.

Em 2011 foi registrado o aumento expressivo no número de atendimentos de refugiados haitianos. Os primeiros registros de haitianos ingressando no Brasil por esta fronteira se deram em abril de 2010, totalizando 41 pessoas durante todo o ano. Em 2011 houve um aumento vertiginoso, chegando a mais de mil estrangeiros, apenas do Haiti.

Diante das peculiaridades da situação e da necessidade de uma pronta resposta ao iminente problema que se apresentava foi criada uma Força Tarefa no mês de Dezembro/2011, que ficou responsável pela regularização e entrada de mais de novecentos haitianos, sendo esta delegacia responsável pelo segundo maior número de atendimento no País.

Cabe também ressaltar a enorme dificuldade que estes policiais enfrentaram durante todo o processo, principalmente devido à enorme quantidade de haitianos e a inviabilidade de comunicação.



*Concentração de haitianos em frente à DPF/EPA/AC*

*Tabela XXXV – Quantidade de Procedimentos realizados pelo Núcleo de Migração da Delegacia de Epitaciolândia*

<b>Procedimento</b>	<b>Quantidade</b>
Registro de fronteiro	01
Prorrogação de prazo	02
Pedido residência Mercosul	15
Permanência por prole	15
Permanência por cônjuge	04
Pedido reconsideração de indeferimento de anistia	07
Transformação de residência provisória em permanente - anistia	18
Registro de estrangeiro	13
Naturalização	02
Recurso de auto de infração	18
Substituição de CIE de refugiado	24
Substituição de CIE – outros	03

Mudança de endereço	10
Restituição de taxas pagas indevidamente	10
Refúgio	801
<b>Total</b>	<b>943</b>

*Tabela XXXVI – Quantidade de Pedidos de Refúgio recebidos pelo Núcleo de Migração da Delegacia de Eptaciolândia*

<b>Total de Pedidos de Refúgio de por mês – ano de 2011</b>			
<b>Haitianos</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
Janeiro	71	12	83
Fevereiro	86	08	94
Marco	64	09	73
Abril	47	08	55
Maio	65	07	72
Junho	109	11	120
Julho	88	18	106
Agosto	41	16	57
Setembro	43	5	48
Outubro	18	3	21
Novembro	46	8	52
Dezembro			242
Subtotal – 2011	660	102	762
Outras nacionalidades		39	39
<b>Total</b>	<b>660</b>	<b>141</b>	<b>1043</b>
<b>Outras nacionalidades – Números totais</b>			
Nigéria			03
Gana			01
El salvador			01
Bolívia			04
Tanzânia			06
Cuba			01
Paquistão			02
Bangladesh			18
Colômbia			01
Republica dominicana			02

Uma ação de destaque em termos de apreensão de material entorpecente ocorreu na data de 01/03/2011, quando a Polícia Federal no Estado do Acre realizou a apreensão de 21 Kg de cocaína. Através da realização de barreira policial no Posto Fiscal da Tucandeira, no trecho Rio Branco/Porto Velho. A droga estava escondida nas ferragens de um caminhão guincho que seguiria para a Região Sudeste do país. O motorista do caminhão guincho foi autuado e foi encaminhado ao presídio onde esteve à disposição da Justiça, respondendo pelo crime de Tráfico de entorpecentes.



*Cocaína escondida nas ferragens de caminhão guincho*

No que diz respeito à atividade de controle e fiscalização das empresas que exercem atividades no ramo de segurança privada no estado do Acre, cabe destacar o trabalho realizado no âmbito da Superintendência Regional do Acre, resumido de forma objetiva no quadro abaixo:

*Tabela XXXVII – Resumo das Atividades relacionadas ao Controle de Segurança Privada*

<b>Unidade</b>	<b>Atividades Realizadas</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Delegacia de Controle de Segurança Privada</b>	Agências bancárias novas autorizadas a funcionar	003
	Agências bancárias vistoriadas	041
	Análise criminal de vigilantes	136
	Auto de constatação de infração e notificação lavrados	013
	Autorização para compra de colete balístico expedidas	004
	Empresa especializada nova autorizada a funcionar	001
	Empresas especializadas vistoriadas	007
	Instrutores credenciados	014
	Veículos especiais vistoriados	011
	Vigilantes com curso de reciclagem/extensão registrados	1.268
	Vigilantes registrados	1.797
	Carteira nacional de vigilantes expedidas	422
<b>Delegacia de Epitaciolândia</b>	Vistorias realizadas	009
	Autos de constatação de infrações	001
	Emissão de portarias bancárias	009
	Confecção de pareceres e relatórios	018

Dentre os indicadores de produção, um dos mais importantes é o número de laudos elaborados, tendo em vista ser o mais representativo da atividade precípua do segmento Técnico-Científico, qual seja: a elaboração de exames periciais. Nesse contexto, convém detalhar a produção de laudos do Setor Técnico-Científico (SETEC) desta Unidade Jurisdicionada, pois são setores que refletem, de forma consistente, a produção dos trabalhos desenvolvidos pelas delegacias, já que a

eles são destinados os produtos oriundos de apreensões em operações e missões realizadas no âmbito da SR/DPF/AC e de suas descentralizadas.

No ano de 2011, foram registrados resultados expressivos, mensurados por dados estatísticos e participações relevantes do SETEC, sendo elaborados no somatório global 840 Laudos Periciais Criminais. Há de se observar não houve alterações significativas no efetivo em 2011 (50 Peritos ativos na UJ), de maneira que o índice de produtividade por Perito ascendeu ante a 2010 (taxa de 103% no ano passado). Ao passo que, em 2011, o índice geral de produtividade correspondeu a 114%, sendo elaborados 2.866 documentos técnico-científicos e atendidos 2.510 expedientes de requisição, indicando nível descendente no número de pendências.

Adiante, seguem quadros com o quantitativo de Laudos Periciais elaborados no âmbito desta Unidade Jurisdicionada.

*Tabela XXXVIII - Produção de laudos do SETEC/SR/DPF/AC por área de exame*

TIPO DE LAUDO	QUANTIDADE
Perícias Contábeis e Financeiras	22
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	31
Perícias de Engenharia	18
Perícias de Informática	158
Perícias de Local	19
Perícias de Meio Ambiente	136
Perícias de Química Forense	226
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	04
Perícias de Veículos	38
Perícias Documentoscópicas	56
Perícias Eletroeletrônicas	25
Perícias Merceológicas	97
Perícias Papiloscópicas	10
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>840</b>

*Fonte: Sistema de Criminalística do DPF*

*Tabela XXXIX – Número de solicitações de perícia nos meses de dezembro de 2009, 2010 e 2011 no SETEC/AC separadas por idade*

Mês/Ano	< 3 meses	3-6 meses	> 6 meses	Total
Dez/2009	110	51	162	323
Dez/2010	81	22	6	109
Dez/2011	73	19	5	97

*Fonte: Sistema de Criminalística – DITEC/DPF, acessado em 02/01/2012*

No âmbito da produtividade dos Papiloscopistas em 2011, o Grupo de Identificação (GID) da SR/DPF/AC foi responsável pela confecção de 40 expedientes, autuados aos procedimentos policiais.

17.2.1) Gestão com qualidade e perspectivas de melhorias futuras nos controles internos

No contexto da expansão do programa de gestão pública com qualidade em 2011, inicialmente deve ser destacada a instituição, em 2010, do Escritório de Gestão de Processos – EGPRO/GAB/DG e do Escritório de Gestão de Projetos Estratégicos – EGPE/GAB/DG, ambos vinculados ao Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, no âmbito da Polícia Federal, diretamente subordinados ao Diretor-Geral.

Nesse sentido, foi criado o Escritório de Gestão de Processos – EGPRO, mediante a Portaria nº 1246/2010-DG/DPF, de 09/08/2010, considerando a necessidade de: I) promover o alinhamento entre os processos e os objetivos institucionais e as ações estratégicas contidas no Plano Estratégico da Polícia Federal; II) definição de modelo para Gestão de Processos, sustentada por uma metodologia de identificação, mapeamento, diagnóstico, priorização e aperfeiçoamento de processos, que proporcione, dentre outros, a uniformização de conceitos e procedimentos no âmbito da instituição; e III) melhoria contínua na prestação de serviços ao cidadão, aumento da eficiência operacional, uniformização e simplificação de rotinas internas, redução de custos, minimização de erros e retrabalhos e automação de processos manuais.

Foi instituído também o Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, por meio da Portaria 1990/2010-DG/DPF, de 30/11/2010, considerando o objetivo institucional do DPF de fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Atualmente o Brasil prioriza elevar os níveis de atendimento ao cidadão, introduzir melhorias em processos estruturantes e compartilhar boas práticas relacionadas às pessoas que formam as organizações. Nesse contexto, foi criado em 2005 o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – “Gespública”, que tem papel fundamental em tal dinâmica, uma vez que suas estratégias, modelos e procedimentos incorporam as atuais necessidades em questão e a SR/DPF/AC já recebeu do Ministério do Planejamento a certificação de nível de gestão em 14/06/2010, baseado no modelo “Gespública”.

Diante disso, há perspectivas futuras de criação de novos indicadores de desempenho aplicáveis à realidade das Regionais de Polícia Federal, com a colaboração do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF, o que deverá fortalecer sobremaneira a qualidade dos gastos, os controles, as estratégias de atuação e a eficiência na prestação dos serviços públicos no âmbito desta Unidade Jurisdicionada.

#### 17.2.2) Programa Carbono Neutro

Com relação a programas de sustentabilidade ambiental a Polícia Federal no Acre, realizou o plantio de mudas de árvores para a compensação de gases de efeito estufa (GEE), gerados em todas as atividades desenvolvidas pela Unidade. Para o cálculo de medição do impacto ambiental, são levados em consideração: o consumo de combustível, energia elétrica, passagens aéreas e papel.

Embora a maneira mais eficiente de se fixar carbono seja através do plantio de espécies de crescimento rápido, a Polícia Federal preferiu utilizar mudas de espécies nativas e variadas contribuindo, também, para a preservação e recuperação dos biomas de cada região.

Ressalta-se que a Superintendência de Polícia Federal no estado do Acre realizou no dia 11 de novembro de 2011 a solenidade da edição de 2011 do Programa Carbono Neutro, cuja iniciativa visa compensar a emissão de gases causadores do efeito estufa, produzidos pela Polícia Federal em suas atividades diárias, por meio do plantio de cerca de 900 (novecentas) mudas de árvores nativas

só no estado do Acre. O plantio foi realizado na Usina de asfalto do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, na BR 317, Km 87, no município de Senador Guiomard e contou com a parceria do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, da Secretaria de Estado de Floresta/SEF, da Prefeitura Municipal de Bujari/AC e da Prefeitura Municipal de Senador Guiomard/AC.

## DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

### Quadro XL- Declaração do Contador Responsável



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
SERVIÇO DE CONTABILIDADE



DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
<b>Denominação Completa (UJ):</b>	<b>Código da UG:</b>
SUPERINTENDENCIA NO ESTADO DE AC SR/AC/DPF	200380 - 200381
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b>, em relação à UG 200380, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li> <li>- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</li> <li>- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li> </ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
<b>Brasília/DF</b>	<b>Data:</b> 13/02/2012
<b>Contador Responsável:</b>	
GLADSTON GUIMARÃES NAVES	<b>CRC n.º DF-12534/O-8</b>

## RESULTADOS E CONCLUSÕES

### **Principais ações desenvolvidas e os efeitos positivos ou negativos da UJ**

A SR/DPF/AC, propendendo à melhoria dos processos relacionados à modernização dos setores administrativos e dos trabalhos desenvolvidos de polícia judiciária, tem procurado sempre aferir a eficiência e qualidade dos serviços desenvolvidos e prestados nas mais diversas áreas de sua atuação, através de análise criteriosa de suas ações. Nesse sentido, não se pode deixar de olvidar que, mesmo com os cortes orçamentários ocorridos no DPF nos últimos 03 (três) anos, esta Superintendência aumentou significativamente, seus recursos orçamentários e financeiros, aplicando-os sempre de maneira consciente e criteriosa.

Gestões permanentes com a área econômica do DPF possibilitaram elevar o orçamento destinado diretamente a SR/DPF/AC (Tesouro e FUNAPOL) para 2012, estando à frente de algumas Superintendências de outros estados da federação, dentre as quais a SR/DPF/AL, SR/DPF/AP, SR/DPF/GO, SR/DPF/MA, SR/DPF/PB, SR/DPF/PI, SR/DPF/RR, SR/DPF/SE e SR/DPF/TO (conforme se depreende da Portaria n.º 2651-DG/DPF, de 14 de outubro de 2011).

Promovam-se, somente nos últimos 02 (dois) anos, investimentos da ordem de R\$ 1.556.513,44, em aquisições de materiais permanentes, tais como: viaturas, mobiliários, computadores, impressoras, elevador automotivo, ferramentas para serviços mecânicos, equipamentos de ar condicionado, materiais para o SETEC, dentre outros. Recursos esses obtidos em sua totalidade, após sucessivas gestões junto à DLOG/DPF, no âmbito do órgão central, apresentando sempre as devidas justificativas quanto a real necessidade das aquisições preteridas.

Como uma das metas para o ano de 2011, o Setor de Administração e Logística Policial – SELOG propôs estabelecer um ambiente de trabalho com mobiliário ergonômico padrão, aprovado pelo DPF, objetivando assim à saúde laboral dos servidores das Delegacias descentralizadas e dos postos de fronteira. O valor para atender a este objetivo foi estipulado em R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), entretanto não foi possível executá-lo em sua totalidade, pois o recurso disponível ficou em torno de R\$ 88.000,00, e foram adquiridos 89 móveis, tais como cadeiras, mesas, armários, gaveteiros e mesas. Outra meta planejada pelo Setor de Administração e Logística Policial – SELOG foi realizar gestões junto à equipe de T&D (Treinamento e Desenvolvimento) para fins de viabilizar os recursos financeiros necessários para estar sempre qualificando todos os servidores Administrativos do DPF no neste Estado, objetivando a excelência no Serviço Público. No ano de 2011, 04 (quatro) servidores que atuam na área administrativa participaram da X Semana de Administração Orçamentária e Financeira e Contratação Públicas Federal promovida pela Escola de Administração Financeira – ESAF, nas cidades de Recife/PE e Belém/PA. Também durante o ano de 2011 ocorreram treinamentos no Órgão Central em Brasília/DF e todos os 5 (cinco) servidores que eram lotados no Setor de Recursos Humanos – SRH da Superintendência, bem como 1 (uma) servidora lotada no Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF.

A cooperação e a política de realizar ações conjuntas e intercâmbio com outros Órgãos do Governo, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, também possibilitou êxito de diversas ações desencadeadas.

Trabalho contínuo vem sendo desenvolvido no sentido de aprimorar os controles sobre utilização de recursos a fim de permitir uma melhor utilização dos mesmos, visando o cumprimento da missão do DPF com o menor custo para a sociedade. No que diz respeito à telefonia, de 2009 a

2011, foi obtida uma redução de aproximadamente 55 % nos custos de telefonia no âmbito da SR/DPF/AC.

### **Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos e as medidas tomadas para mitigá-las**

As restrições e limitações encontradas para o desenvolvimento das atividades consistiram basicamente na escassez crônica de recursos humanos – principalmente nas atividades de apoio – e de recursos financeiros.

Durante o ano de 2011, em virtude dos cortes de orçamento promovidos pelo Governo Federal, foram enfrentadas dificuldades quanto aos limites orçamentários impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da Unidade Jurisdicionada. Ações, junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Superintendência. Estratégias decorrentes também tiveram que ser adotadas em virtude de mudança de cenários durante a execução das ações, como consequência de outros problemas, como a crise econômica em alguns países da Europa, que acarretaram diretrizes para contenção de gastos governamentais.

Apesar de ainda insuficiente, a oferta de recursos e a disponibilização de equipamentos adquiridos pelos Órgãos Centrais contribuiu para uma melhora em relação ao exercício anterior. As soluções encontradas pela SR/DPF/AC para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das suas missões, tanto na atividade-fim, quanto na atividade-meio, consistiram na racionalização e na definição de prioridades dentro da gestão. Com o crescente aumento da demanda de trabalho de responsabilidade da Polícia Federal, ainda há necessidade de aumento do efetivo de policiais e, principalmente, de agentes administrativos.

Diante do exposto ao longo deste Relatório de Gestão, pode-se concluir que a SR/DPF/AC atuou, no exercício de 2011, em consonância aos objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública federal, atingindo de modo geral a finalidade propugnada para o Órgão.

## ANEXOS

## ANEXO I – AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

*Tabela XLI – Ações De Capacitação – Cursos Presenciais*

EVENTO	PERÍODO	UNIDADE	LOCAL	DESCRIÇÃO	IMPORTÂNCIA	QUANTIDADE DE SERVIDORES
Curso de Interpretação de Imagens SAR (Synthetic Aperture Radar)	24 a 28/10/2011	SR/DPF/AC	Brasília, DF	O treinamento consistiu em aulas teóricas sobre Sensoriamento Remoto, Uso de Imagens de Radar para monitoramento ambiental, interpretação de imagens SAR, Softwares usados para tratamentos de imagens de Radar (ENVI 4.8 e PalsarViewerV2.5.0).	Atualização dos conhecimentos sobre Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; Conhecimento da interpretação de imagens SAR, bem como suas aplicações práticas; Conhecimento de softwares para processamento de imagens de satélites; Troca de experiências com outros profissionais da área sobre Sensoriamento Remoto, Geoprocessamento e meios para obtenção de imagens de satélite.	<i>(Aguardando consolidação de dados pela equipe de T&amp;D)</i>
Curso de Investigação de Incêndios Florestais	03 a 08/10/2011	SR/DPF/AC	Rio Branco, AC	O curso foi ministrado por uma equipe do PREVFOGO do IBAMA. Nos dias 03 e 04 as aulas foram teóricas e aconteceram no auditório do IDAF das 08 às 18 horas com intervalo de duas horas para almoço. Nos dias 5, 6 e 7 ocorreram aulas práticas em áreas rurais dos municípios de Rio Branco e Senador Guiomard, sendo que na sexta-feira a aula prática consistiu em avaliação. O encerramento do curso se deu às 12h do sábado (08/10/2011), após avaliações e apresentações dos trabalhos referentes à aula prática do dia anterior.	Aperfeiçoamento dos conhecimentos referentes ao comportamento de incêndios florestais e queimada controlada; Revisão dos conceitos relacionados a incêndios, bem como dos indicadores de queima, que são os principais vestígios no estabelecimento da dinâmica do incêndio em busca da sua causa e origem; Acompanhamento na prática do comportamento de incêndio.	<i>(Aguardando consolidação de dados pela equipe de T&amp;D)</i>

EVENTO	PERÍODO	UNIDADE	LOCAL	DESCRIÇÃO	IMPORTÂNCIA	QUANTIDADE DE SERVIDORES
I Curso de Dispositivos de Clonagem de Cartões Bancários	21 a 25/03/2011	SEPAEL/INC	Brasília/DF	Conhecer os aparatos utilizados pelas quadrilhas, e as técnicas utilizadas para analisar os dados armazenados (capturados) por tais dispositivos.	Viabilizar os exames periciais em dispositivos de captura, armazenamento utilizados na clonagem de cartões bancários.	(Aguardando consolidação de dados pela equipe de T&D)
Curso de Capacitação de Gerentes de Projeto	28/11/2011 a 02/12/2011	SR/DPF/AC	INC - Brasília, DF	Repasse metodológico para uso da ferramenta GEPnet na gestão de projetos estratégicos na área da Criminalística.	A ferramenta GEPnet foi desenvolvida visando a melhoria do controle, da execução e do acompanhamento dos projetos estratégicos no âmbito DPF. A gestão de projetos é uma área que compõe o CIGE (Centro Integrado de Gestão Estratégica), e está voltada para m	(Aguardando consolidação de dados pela equipe de T&D)
Curso de Instrutor de Orientação e Navegação Terrestre	19/11/2011 a 02/12/2011	SR/DPF/AC	ANP - Brasília, DF	Treinamento com aulas teóricas e práticas sobre GPS, Geoprocessamento, Navegação Terrestre e Fluvial.	Formar instrutores em ONT para que possam atuar como multiplicadores do conhecimento no âmbito do DPF.	(Aguardando consolidação de dados pela equipe de T&D)
WIFS'2011 (Workshop on Information Forensics and Security 2011) e Conferência Internacional de Ciências Forenses em Multimídia e Segurança Eletrônica	28/11/2011 a 03/12/2011	SR/DPF/AC	Foz do Iguaçu	O evento contou com diferentes exposições de trabalhos científicos como: tutoriais, <i>keynotes</i> , <i>paper session</i> , <i>poster session</i> e <i>special events</i> . Os trabalhos apresentados tratavam de assuntos relacionados à segurança, perícias de informática e audiovisual.	Muitas das discussões revelaram o que a academia está pensando e desenvolvendo em termos de softwares, ferramentas e aplicações que possivelmente serão utilizadas na área pericial.	(Aguardando consolidação de dados pela equipe de T&D)
Curso de Alinhamento de Instrutores	05/12/2011 a 16/12/2011	ANP/DGP/COEN	ANP - Brasília, DF	Repasse de novas técnicas e metodologias de ensino em armamento e tiro.	Treinamentos de tiro para o ano de 2012 e preparativos da força policial com técnicas específicas para participação da Polícia Federal em grandes eventos (copa do mundo e olimpíadas).	(Aguardando consolidação de dados pela equipe de T&D)

Tabela XLII – Ações De Capacitação – Cursos Online

EVENTO	PERÍODO	UNIDADE	LOCAL	DESCRIÇÃO	IMPORTÂNCIA	QUANTIDADE DE SERVIDORES
21º Ciclo de cursos Senasp/ANP	23/02/2011 a 13/04/2011	Senasp EAD	Online	Operações de Manutenção da Paz e Policiamento Internacional; Português Instrumental; Cartéis; Licitações e Contratos; Investigação Criminal 1; Busca e Apreensão; Intervenção em Emergências com Produtos Perigosos; Identificação Veicular 1, Sistema de Comando de Incidentes, Integração das Normas Internacionais de Direitos Humanos na Área de Segurança Pública.	Os cursos à distância são uma fonte importante para a atualização dos peritos, principalmente os que estão lotados longe dos grandes centros.	(Aguardando consolidação de dados pela equipe de T&D)
22º Ciclo de cursos Senasp/ANP	07/06/2011 a 26/07/2011	Senasp EAD	Online	Busca e Apreensão; Português Instrumental; Licitações e Contratos; Combate a Lavagem de Dinheiro; Investigação Criminal 2; Uso Progressivo da Força; Ocorrências Envolvendo Bombas e explosivos, Identificação Veicular, Inglês I.	Os cursos à distância são uma fonte importante para a atualização dos peritos, principalmente os que estão lotados longe dos grandes centros.	(Aguardando consolidação de dados pela equipe de T&D)
23º Ciclo de cursos Senasp/ANP	13/09/2011 a 02/11/2011	Senasp EAD	Online	Ocorrências envolvendo Bombas e Explosivos; Ações para Controle de Armas; Gerenciamento de Crises; Atendimento as Mulheres em Situação de Violência; Espanhol Básico 1, Espanhol 2.	Os cursos à distância são uma fonte importante para a atualização dos peritos, principalmente os que estão lotados longe dos grandes centros.	(Aguardando consolidação de dados pela equipe de T&D)
5º ConviRH Congresso Virtual de Recursos Humanos	23 a 27/05/2011	RH.com.br	Online	Participação de Congresso Online	Conhecer novas técnicas e ferramentas de Gestão de Pessoas	(Aguardando consolidação de dados pela equipe de T&D)

Tabela XLIII – Ações De Capacitação – Cursos Seminários e Conferência

EVENTO	PERÍODO	UNIDADE	LOCAL	DESCRIÇÃO	IMPORTÂNCIA	QUANTIDADE DE SERVIDORES
1ª Conferência Internacional em Identificação de Vítimas de Desastres	17/10/2011 a 21/10/2011	SR/DPF/AC	Rio de Janeiro, RJ	Palestras sobre Identificação de Vítimas de Desastres em Grandes Eventos, como Olimpíadas e Copa do Mundo de Futebol.	Discussão sobre temas relevantes na área de grandes desastres, incluindo desde a preparação para enfrentá-los até a identificação de mortos dentro das 4 áreas de identificação (genética forense, papiloscopia, medicina legal e odontologia legal). Dentre os palestrantes estiveram membros do Steering Group para DVI da INTERPOL.	(Aguardando consolidação de dados pela equipe de T&D)
19º Encontro Trienal do IAFS - International Association of Forensic Sciences	12 a 17/09/2011	SR/DPF/AC	Funchal, Ilha da Madeira/Portugal	O trabalho intitulado “Oxi Cocaine in Brazil: A new drug?”, desenvolvido pela SR/AC, foi apresentado no IAFS 2011, um dos mais importantes eventos da área de ciências forenses.	Houve uma repercussão bastante positiva e grande receptividade do meio científico que até então desconhecia o teor do referido estudo a respeito da suposta nova droga chamada “oxi”. O trabalho foi apresentado na sala Cape Town, em sessão aberta, estando presentes na sessão em torno de 60 especialistas nas ciências forenses de diversas nacionalidades.	

## ANEXO II

### *Informativo XLIV - Informações sobre a utilização da videoconferência no DPF*

## **Começa a funcionar o serviço de videoconferência**

A Coordenação de Tecnologia da Informação – CTI concluiu a implantação do Sistema de Videoconferência da Polícia Federal.

O serviço irá permitir a comunicação multilateral por voz e imagem, criptografada, o que provê segurança e poderá ser utilizada com participação simultânea de até 48 unidades da Polícia Federal. O uso do sistema foi regulamentado pela Instrução Normativa 27/2010, publicada em 16 de abril último.

O gerenciamento do serviço caberá à Divisão de Comunicação Social. Haverá, nas superintendências, um supervisor regional. A supervisão nacional será realizada pela CTI. Os detalhes sobre o funcionamento do sistema, reserva de recursos e instalação do programa poderão ser obtidos na documentação

disponibilizada no endereço <http://intranet.dpf.gov.br/cti/servicos/videoconferencia>. Orientação sobre o uso dos equipamentos poderão ser obtidos com os supervisores regionais, com o Service Desk através do telefone 0800-940-1210 ou através de correio eletrônico no endereço [videoconferencia@dpf.gov.br](mailto:videoconferencia@dpf.gov.br). O contato com a supervisão nacional será pelo telefone (61) 2024-9487.

Para o uso do serviço já foram adquiridos três tipos de equipamento: Mesa de Videoconferência - instalada na Direção-Geral; Sala de Reunião - a serem instaladas nas SRs, CTI,

COAD/DLOG, DIP, INC e ANP; Executivo – a serem instaladas nas diretorias.

A implementação do serviço proporcionará agilidade, segurança e redução de custos, uma vez que não será necessário custear deslocamento de servidores para algumas atividades da PF.



Sala de videoconferência instalada na Sede da PF

*Fonte: Informativo da PF n° 28, de 10 de junho de 2010*

ANEXO III

Tabela XLV – Resultado Alcançado das Metas Policiais Anuais do Ano de 2011

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
1/2011	Proceder a fiscalização das agências bancárias sob fiscalização da DELESP/DREX/SR/DPF/AC, com vigência na atualização da Portaria 387/06 DG/DPF.	Atender às diretrizes da CGCSP/DIREX com vistas ao plano nacional de fiscalização de Segurança Privada.	DELESP/DREX/SR/DPF/AC		Não	
2/2011	Supervisionar as atividades da Operação Sentinela no estado.	A Operação Sentinela, coordenada pelo DPF Barbosa, está sob a subordinação da DRCOR nos estados, sendo promovida no âmbito da DCOR em Brasília. Requer, portanto, acompanhamento e supervisão por parte do DRCOR no estado.	DRCOR	Solicitar a confecção de relatórios quinzenais a fim de informar o superintendente regional e DCOR a respeito do andamento da operação.	Sim	Os relatórios foram confeccionados e encaminhados regularmente ao superintendente regional e a DCOR.
3/2011	Capacitar Delegados e Agentes para a utilização do sistema i2 e demais ferramentas de análise existentes no projeto CINTEPOL.	Tal capacitação permitirá ao investigador a análise de dados complexos de forma simples e célere, trata-se da aplicação da tecnologia em favor da investigação criminal.	DRCOR		Não	
4/2011	Desempenhar o papel constitucional de Polícia Judiciária da União investigando e combatendo o crime organizado, notadamente na repressão aos desvios de verbas públicas, lavagem de dinheiro, crimes ambientais e tráfico de drogas.	Desarticular associações criminosas em atuação na região.	DPF/CZS/AC	Instaurar inquéritos e implementar investigações que elucidem as infrações penais, de atribuição da Polícia Federal, ocorridas nos municípios da circunscrição desta descentralizada indiciando seus autores.	Sim	1. 204 Inquéritos Policiais relatados; 2. 149 Inquéritos Policiais instaurados; 3. 53 pessoas indiciadas.
5/2011	Aumentar a presença da Polícia Federal nas vias de trânsito terrestres, aéreos e fluviais existentes na circunscrição da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul.	Necessidade de controle do tráfego de pessoas e mercadorias, demonstrando a presença do Estado objetivando prevenir e reprimir o cometimento de infrações penais.	DPF/CZS/AC	Implementar barreiras policiais nas vias rodoviárias, aeroportuárias e fluviais na área circunscricional desta descentralizada.	Sim	Apesar do baixo efetivo, considerando a necessidade da região, com o apoio da Operação Sentinela foi possível cumprir a meta estabelecida. Nas vias terrestres foram realizadas barreiras policiais na BR 364, nas rodovias de acesso aos municípios circunvizinhos de Cruzeiro e nos mais diversos ramais existentes na região, sobretudo

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
						naqueles conhecidos como rota de tráfico. Também foram feitas diversas fiscalizações no Rio Juruá, Juruá Mirim, Mõa, Liberdade e outros rios, além de diversos igarapés. Desenvolvemos também inúmeras fiscalizações aeroportuárias em Cruzeiro do Sul e nos demais municípios da circunscrição da DPF/CZS/AC, como Tarauacá, Feijó, Jordão, Eirunepé e outros. Em relação ao Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul a fiscalização é permanente, quanto aos demais foram realizadas fiscalizações esporádicas e pontuais.
6/2011	Consolidar a atuação da comissão de fiscalização de produtos químicos controlados desta descentralizada.	Necessidade de controlar e prevenir a utilização e desvio de produtos químicos para a produção de substâncias entorpecentes.	DPF/CZS/AC	Realizar fiscalizações em empresas que utilizam produtos químicos controlados nos municípios da circunscrição da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul.	Sim	Foi consolidada a comissão de fiscalização de produtos químicos controlados da DPF/CZS/AC, tendo como presidente o DPF NEME e como membros o EPF CAIO e APF ALISSON. Foram realizadas diversas fiscalizações em empresas que utilizam e comercializam produtos químicos controlados, além disso, periodicamente as empresas encaminham para a DPF/CZS/AC a relação dos produtos submetidos a controle. Contudo, cabe ressaltar que não foram realizadas mais fiscalizações em razão do baixo efetivo.
7/2011	Consolidar a atuação da comissão de fiscalização de segurança privada desta descentralizada.	Necessidade de fiscalizar as medidas de segurança adotadas pelas empresas com o fim de prevenir problemas concernentes à segurança privada.	DPF/CZS/AC	Realizar fiscalizações na área de segurança privada nos municípios da circunscrição da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul.	Sim	Foram realizadas satisfatoriamente fiscalizações em todas as agências bancárias, postos de atendimentos bancários e empresas especializadas nos municípios que compõem a circunscrição da DPF/CZS/AC. Além disso, houve a instalação de curso de formação de vigilantes na cidade de Cruzeiro do Sul/AC, fato que aumentou sobremaneira a carga de trabalho dos policiais incumbidos, porém, mesmo assim, conseguimos obter um resultado bastante positivo.

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
8/2011	Controlar a permanência de estrangeiros no município de Cruzeiro do Sul e adjacentes.	Necessidade de reprimir, com eficiência, a entrada, estada e circulação de estrangeiros irregulares.	DPF/CZS/AC	Realizar diligências relativas aos processos de naturalização, permanência e ao controle dos estrangeiros residentes de maneira clandestina e/ou irregular no município de Cruzeiro do Sul e adjacentes.	Sim	Foram realizadas diversas diligências relativas a processos de naturalização e permanência de estrangeiros, tanto em Cruzeiro do Sul quanto em outros municípios que compõem a circunscrição da DPF/CZS/AC. Além disso, houve também controle de entrada e saída de estrangeiros, registros de estrangeiros em razão da anistia (transformando residência provisória em permanente), expulsão de estrangeiro, notificação de estrangeiro para deixar o país, autuação de hotéis por não comunicar estada de estrangeiro, etc.. Por fim, vale destacar o aumento do número de emissão de passaportes, sendo que no ano de 2010 foram expedidos cerca de 170 e em 2011, até 15 de dezembro, já foram emitidos 291 passaportes.
				Fiscalizar hotéis, imobiliárias, estabelecimento de ensino, hospitais e maternidade.	Sim	Apesar do baixo efetivo foram feitas diversas fiscalizações, tendo, inclusive, feito algumas autuações em razão da não comunicação da estada de estrangeiro em hotéis.
				Realizar um levantamento dos estrangeiros que estão atuando no município de Cruzeiro do Sul e adjacentes.	Sim	Meta cumprida com êxito. Foi feito o controle de estrangeiros na circunscrição da DPF/CZS/AC. Porém, convém ressaltar que em razão do baixo número de servidores não houve fiscalizações permanentes, mas apenas pontuais e circunstanciais.
11/2011	Continuar contando com a colaboração dos Servidores da Assessoria de Pesquisa Estratégica e Gerenciamento de Riscos do Ministério da Previdência.	Tratando-se de crimes previdenciários, em que a participação de servidores do INSS é comum, necessário se torna a colaboração de servidores do próprio INSS conhecedores dos sistemas de informática da Previdência Social e da rotina do	DELEPREV	Realizar gestões junto ao Ministério da Previdência para a concretização da meta.	Sim	Contamos com o apoio do Ministério da Previdência Social, que manteve um servidor no Estado do Acre para realizar apoio aos trabalhos de investigação da Polícia Federal. Neste ano conseguimos fossem produzidos relatórios de inteligência de matéria previdenciária nas Delegacias de Polícia Federal de Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul/AC.

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
		INSS.				
12/2011	Realizar a primeira prisão em flagrante pela prática de crime previdenciário no Estado do Acre.	As prisões solicitadas em operações deflagradas por esta delegacia em matéria previdenciária não foram deferidas pela justiça.	DELEPREV	Realizar investigações prévias, e baseando-se em fortes elementos probatórios, surpreender o delinquente na atividade delitiva.	Sim	Com muitas dificuldades conseguimos realizar a primeira prisão em flagrante por tentativa de estelionato previdenciário, cuja conduta delitiva importou na falsificação de atestado médico.
13/2011	Executar a primeira interceptação telefônica a cargo da DELEPREV.	É necessária a utilização de todas as ferramentas disponibilizadas pela legislação para a elucidação de crimes.	DELEPREV	Verificar os IPL's em andamento aptos a embasarem possível interceptação.	Sim	O IPL nº22/2010 foi o primeiro IPL a cargo da DELEPREV em toda a sua história que teve uma interceptação telefônica.
14/2011	Mudar o paradigma de que a DELEPREV apenas instaura IPL's mediante requisição de outros órgãos, mantendo-se inerte quanto a ações de sua própria iniciativa.	A DELEPREV não pode nunca trabalhar apenas quando é demandada, mas pelo contrário, deverá permanecer vigilante, atenta e preparada para a repressão ao crime previdenciário.	DELEPREV	Buscar sempre contato com a Corregedoria do INSS, com a APE-GR e estar atendo às denúncias encaminhadas à Polícia Federal para subsidiar a tomada de decisões.	Sim	Foram instaurados vários IPL's de iniciativa da própria DELEPREV.
15/2011	Executar o Projeto Carbono Neutro no ano de 2011 em todo Estado do Acre	Trata-se de ação sócio-ambiental que visa a compensação das emissões de gases causadores do efeito estufa emitidos no exercício das atividades institucionais do DPF por meio do plantio de mudas de árvores nativas.	DELEMAPH	Elaborar, planejar, coordenar as ações necessárias à execução do Projeto Carbono Neutro no ano de 2011 no estado do Acre.	Sim	Foi realizado o plantio das mudas previstas com realização de uma solenidade no dia 11/11/2011 na usina de asfalto do 7º Batalhão de Engenharia de Construção no município de Senador Guiomard. O plantio contou com a parceria das prefeituras de Senador Guiomard/AC e Bujari/AC, além do Viveiro da Floresta subordinada à Secretaria de Estado da Floresta e do Exército Brasileiro. Foi confeccionado relatório do evento com fotos e reportagens e remetido à DMAPH.
16/2011	Criar o Núcleo de Inteligência e Geoprocessamento de Imagens, além de buscar a capacitação necessária aos servidores que atuarão nesta área, visando permitir o direcionamento, orientação e planejamento nas ações desta Descentralizada.	A criação do núcleo permitirá uma atuação mais pró-ativa desta Descentralizada, uma vez que utilizando o monitoramento remoto, através de imagens de satélite, das áreas sob nossa responsabilidade permitirá otimizar recursos humanos e materiais, o levantamento estatístico dos locais	DELEMAPH	Envidar esforços junto a Administração Superior e órgãos Centrais, visando conseguir recursos materiais a fim de possibilitar a instalação do mencionado núcleo.	Parcial	Foi obtido um GPS e um computador com capacidade para receber os programas de geoprocessamento, que está em utilização com ferramentas básicas como google-Earch, Track maker e interface Garmin para conexão do GPS Garmin obtido. Porém, falta a aquisição de pelo menos mais um computador com a mesma capacidade e o software ArcGis.

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
		com maior índice de desmatamento e focos de calor, além de permitir ações preventivas e repressivas mais precisas.		Buscar cursos de treinamento junto a ANP e DMAPH visando à qualificação do Servidor, que porventura seja lotado no núcleo de inteligência e Geoprocessamento de imagens desta descentralizada.	Parcial	Foi realizado treinamento referente as ferramentas básicas que o Policial lotado na DELEMAPH deve dominar, que são o GPS, o Google-Earch e o Track Maker, com perito da área de meio ambiente deslocado de Brasília ao Acre para esse fim. Porém para a atuação no núcleo de inteligência e geoprocessamento de imagens se faz necessário cursos mais prolongados, com a utilização de ferramentas mais avançadas como por exemplo o ArcGis.
17/2011	Planejar, orientar, coordenar e executar ações de combate ao desmatamento ilegal, atuando preventiva e repressivamente no estado do Acre, em conjunto com os órgãos ambientais, principalmente nos projetos de assentamento que encontram-se sob responsabilidade da União.	O Estado do Acre possui diversas áreas que sofrem constantemente com o desmate irregular, demandando medidas efetivas para coibir ações nocivas ao meio ambiente, com consequente preservação do bioma amazônico.	DELEMAPH	Realizar ações conjuntas com órgãos públicos envolvidos na preservação do meio ambiente, atuando preventiva e/ou repressivamente na proteção do espaço amazônico, além de orientar a população sobre a importância da preservação ambiental.	Sim	Foram realizados alguns trabalhos em conjunto com o IBAMA, como fiscalizações em áreas com grandes índices de desmatamento, barreiras em rodovias, além de levantamentos de informações para futuras atuações, gerando com isso algumas apreensões e IPLs. O ganho de uma equipe da Operação Arco de Fogo foi também de grande valia no sentido de aumentar a repressão e atuar de forma preventiva na área de meio ambiente no estado do Acre, o que possibilitou um aumento do índice de IPLs relatados em relação a 2010. Em 2010 o índice de IPL relatados foi de aproximadamente 110% enquanto 2011 está fechando com aproximadamente 160%.
18/2011	Realizar monitoramentos, levantamentos, vistorias e fiscalizações, em parceria com outros órgãos, nas áreas de maior incidência de focos de calor e nos períodos considerados mais críticos do chamado "Verão Amazônico", a fim de fortalecer as ações de combate às queimadas ilegais .	No chamado "Verão Amazônico", em razão da alta temperatura ambiente e da falta de chuvas, verifica-se um período crítico, uma vez que ocorre o aumento do índice de focos de incêndios em vários municípios do estado do Acre, sendo necessária maior atenção no sentido de combater os eventos incendiários que se acentuam sensivelmente nesta época.	DELEMAPH	Em conjunto com outros órgãos de fiscalização ambiental e com setores técnicos do DPF efetuar monitoramento e fiscalização ostensiva "in loco" nos locais que apresentarem maiores índices de queimadas, atuando de forma preventiva e repressiva.	Sim	Foram realizados alguns trabalhos em conjunto com o IBAMA, como fiscalizações em áreas com grandes índices de desmatamento, barreiras em rodovias, além de levantamentos de informações para futuras atuações, gerando com isso algumas apreensões e IPLs. O ganho de uma equipe da Operação Arco de Fogo foi também de grande valia no sentido de aumentar a repressão e atuar de forma preventiva na área de meio ambiente no estado do Acre, o que possibilitou um aumento do

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
						índice de IPLs relatados em relação a 2010. Em 2010 o índice de IPL relatados foi de aproximadamente 110% enquanto 2011 está fechando com aproximadamente 160%.
19/2011	Controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes da sua atribuição, que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas.	Trata-se de um das atribuições previstas para o DRCOR e afigura-se essencial para o bom desenvolvimento das atividades.	DRCOR		Não	
20/2011	Acompanhar as investigações sobre tráfico de drogas desenvolvidas pelas delegacias descentralizadas.	Trata-se de exigência da CGPRE e de uma necessidade estratégica para melhor combater o tráfico de drogas no âmbito do estado do Acre.	DRCOR		Não	
21/2011	Pleitear junto à ANP a realização de cursos de Operador de Fuzil, Direção <i>off-road</i> e abordagem no estado.	Necessidade de qualificação e treinamento contínuo de policiais.	DRCOR		Não	
22/2011	Pleitear junto à SENAD a realização de leilão no estado para destinação de veículos apreendidos relacionados ao tráfico de drogas.	Necessidade de dar uma destinação aos veículos.	DRCOR		Não	
23/2011	Implantar a modernização da fiscalização do tráfego internacional terrestre e fluvial em Assis Brasil, Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo e Plácido de Castro.	Fiscalizar com eficiência o tráfego internacional e agilizar o atendimento aos estrangeiros.	DELEMIG DPF/EPA DPF/CZS	Estruturar os pontos de fiscalização com utilização de recursos tecnológicos (novo STI).	Não	
24/2011	Implantar a modernização da fiscalização do tráfego internacional no aeroporto de Rio Branco.	Fiscalizar com maior eficácia o tráfego internacional e agilizar o atendimento aos estrangeiros quando de sua entrada/saída.	DELEMIG	Estruturar o ponto de fiscalização com utilização de recursos tecnológicos (novo STI).	Não	
25/2011	Realizar serviços de emissão de passaportes e Laissez-passer.	Exercer as funções de polícia marítima aeroportuária e de fronteiras de responsabilidade do DPF.	DELEMIG, DPF/EPA E DPF/CZS	Aperfeiçoar o atendimento utilizando o Novo SINPA.	Não	
26/2011	Realizar diligências relativas à naturalização, permanência, prorrogação e transformação de vistos.	Verificar in loco a veracidade dos motivos que deram causa ao requerimento.	DELEMIG - DPF/EPA - DPF/CZS	Efetuar diligências e relatar os procedimentos dentro do prazo legal.	Não	

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
27/2011	Instaurar, instruir e relatar inquéritos de expulsão mediante autorização do Ministério da Justiça.	Apurar ilícitos de estrangeiros que, nos termos da lei nº 6.815/80 (Estatuto do estrangeiro), sejam inconvenientes aos interesses nacionais.	DELEMIG	Atualizar informações em tabela própria quanto a estrangeiros condenados pelo Judiciário no Acre, solicitar autorização do MJ para instaurar IPL's, solicitar portaria de expulsão e solicitar autorização para expulsão.	Não	
28/2011	Reprimir a entrada, estada e circulação de estrangeiros irregulares.	Cumprimento da legislação.	DELEMIG - DPF/EPA - DPF CZS	Fiscalizar hotéis, imobiliárias, escolas, cursinhos, universidades, faculdades e hospitais; realizar barreiras policiais fixas e móveis nas principais vias de acesso à Capital.	Não	
29/2011	Reprimir o trabalho irregular (formal e informal) de estrangeiros.	Resguardar o trabalhador brasileiro.	DELEMIG - DPF/EPA - DPF/CZS	Fiscalizar os hospitais, clínicas, lojas, escolas e camelôs em todo o Estado.	Não	
30/2011	Apurar denúncias e coibir ocorrências fraudulentas em processos de naturalização, permanência, prorrogação e transformação de vistos e emissão de passaportes.	Evitar a regularização de estrangeiros por meios fraudulentos.	DELEMIG	Investigar toda e qualquer suspeita de irregularidade.	Não	
31/2011	Fiscalização nos municípios sob circunscrição da DELEMIG / SR / AC (Operação <i>Blade Runner</i> – Continuação Fase 2: demais municípios).	Zelar pelo cumprimento da legislação pertinente ao estrangeiro, tanto por este, quanto pelas autoridades locais.	DELEMIG	Realizar diligências de fiscalização periodicamente nos referidos municípios.	Não	
32/2011	Fiscalização e deportação imediata de estrangeiros irregulares (bolivianos e peruanos) no município de Rio Branco (Operação Coruja)	Reduzir o trânsito de estrangeiros irregulares, notadamente de vendedores ambulantes	DELEMIG	Realizar diligências em pontos estratégicos da capital (rodoviária, calçadão, terminal urbano)	Não	
33/2011	Fiscalização de estrangeiros em trânsito pelos municípios acreanos (Operação Sarapó)	Zelar pelo cumprimento da legislação pertinente ao estrangeiro	DELEMIG	Realizar barreiras policiais nas estradas circunvizinhas à capital	Não	
34/2011	Executar os serviços de regulamentação e controle das empresas de Segurança Privada e Empresas Orgânicas.	Dar continuidade aos serviços de controle das empresas de segurança privada, conforme legislação aplicável, e impedir a operação de empresas clandestinas.	DELESP/DREX/SR/DPF/AC	Estabelecer programas de fiscalização e proceder as visitas de fiscalização.	Parcial	Conforme a possibilidade de efetivo houve a fiscalização das casas noturnas.
35/2011	Proceder a fiscalização das agências	Atender às diretrizes da	DELESP/DREX/SR/DPF/AC	Efetuar a vistoria dos planos de	Sim	Sim, foram vistoriados todas as

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
	bancárias sob fiscalização da DELESP/DREX/SR/DPF/AC, com vigência na atualização da Portaria 387/06 DG/DPF.	CGCSP/DIREX com vistas ao plano nacional de fiscalização de Segurança Privada.		segurança.		agências bancárias e PABs da circunscrição SR/DPF/AC um total de 48 unidades (entre agências bancárias e PABs) da circunscrição
36/2011	Realizar vistoria de rotina nos cursos de Formação.	Verificar o enquadramento dos mesmos perante a Portaria de Segurança Privada vigente e apresentação da DELESP/SR/AC.	DELESP/DREX/SR/DPF/AC	Estabelecer programas de fiscalização; e proceder às visitas de fiscalização.	Sim	foram feitas as fiscalizações nas empresas de segurança privada e algumas fiscalizações conforme o contingente disponível. Precisa-se de mais efetivo na DELESP.
37/2011	Fiscalizar as Aulas dos cursos de Formação nos Estandes de Tiro	Verificar se a quantidade de tiro dada pelos alunos está correta.	DELESP/DREX/SR/DPF/AC	Efetuar a fiscalização dos Estandes de tiro.	Sim	Houve a fiscalização no único estande de tiro na BR317.
38/2011	Desencadear Operação visando à regularização das atividades clandestinas de segurança privada.	Combater a atividade clandestina na área de segurança privada e fiscalizar as empresas especializadas e serviços orgânicos de segurança	DELESP/DREX/SR/DPF/AC	Promover campanha educativa sobre o tema; Autuar os serviços clandestinos, bem como fiscalizar os cursos de formação, as empresas especializadas e os serviços orgânicos de segurança.	Parcial	Necessidade de mais um policial para ajudar no trabalho de fiscalização e reprimir a atividade clandestina de casas noturnas, onde há cooperativas de vigilantes e atividades não autorizadas para funcionar. Foram vistoriadas os 3 cursos de formação de vigilante, as 6 empresas especializadas em vigilância privada e as orgânicas são feitas a autorização por meio do GESP, o processo de renovação de funcionamento é feito pelas empresas que solicitam o serviço de segurança orgânica.
41/2011	Focar as ações da DELEFAZ no combate aos crimes contra a administração pública federal (corrupção, desvio de verbas, peculato, etc...)	Cumprir a orientação da COGER no sentido de se dar prioridade ao combate de tais crimes, bem como a necessidade de atuação efetiva da Polícia Federal na apuração simultânea de crimes dessa natureza (apurar enquanto estiverem em andamento), haja vista que após a consumação tais delitos tornam-se de difícil elucidação.	DREX	Capacitar a equipe da DELEFAZ em investigações desta natureza.	Sim	foi promovido o I Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro no Estado do Acre. Tal curso compôs o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - PNLD, sendo este programa parte integrante da ENCCLA. Todos os Policiais lotados na DELEFAZ participaram do curso e receberam o respectivo certificado. Dentre as disciplinas abordadas no curso, destaco as técnicas especiais de investigação de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Ressalto, ainda, que um APF lotado na mencionada Delegacia

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
						<p>especializada recebeu treinamento na área de inteligência policial ministrado pela DIP e outro foi capacitado em análises de controle externo em um curso ofertado pelo TCU - SECEX/AC</p>
				<p>Promover reuniões com a CGU e TCU no sentido de buscarmos um apoio institucional, bem como informações atualizadas acerca de indícios de crimes contra a administração com maior celeridade.</p>	<p>Sim</p>	<p>Passamos a atuar de forma mais efetiva no Fórum Estadual Permanente de Combate à Corrupção do Estado do Acre - FOCCO. Como resultado de tal atuação nos aproximamos mais dos órgãos de controle externo e interno e demos início a várias investigações que tiveram como fonte primária as informações colhidas junto aos mencionados órgãos. Acrescente-se que, gradativamente, estamos conseguindo mudar a atuação do DPF na fiscalização de desvio de recursos públicos e sairmos de uma postura apenas reativa, que traz poucos resultados práticos, para uma apuração simultânea à ocorrência do fato criminoso. Tal mudança de perspectiva gera maiores resultados práticos pois facilita a produção da prova, evita a ocorrência do dano, ou pelo menos minimiza o mesmo, além de gerar uma maior probabilidade de efetividade da atuação da justiça haja vista a possibilidade de medidas acauteladoras que evitam danos ao erário</p>
42/2011	<p>Inserir o acre no âmbito de atuação da operação Arco de Fogo</p>	<p>Auxílio das unidades centrais do DPF no combate a crimes ambientais em especial as queimadas que ocorrem nos períodos de julho à outubro.</p>	<p>DREX</p>	<p>Contatos com o chefe da DMAPH a fim de viabilizar a inserção mencionada, tendo o chefe da DELEMAPH inclusive apresentado estudo de viabilidade da manutenção das equipes da OP arco de Fogo no ACRE.</p>	<p>Sim</p>	<p>O Dr. Marcelo, chefe da DMAPH veio até Rio Branco e, após reunião com o Superintendente Regional, se comprometeu a enviar uma equipe da OP Arco de Fogo para o Estado do Acre, informou que a equipe ficaria de forma provisória, mas tentaria viabilizar sua manutenção permanente. As primeiras equipes chegaram ao Estado do Acre em 06/07/2011.</p>

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
				Disponibilização de viaturas, computadores e impressoras portáteis para viabilizar a vinda da equipe da OP.	Sim	As equipes puderam se deslocar e executar as atividades de polícia judiciária no interior do Estado bem como na cidade de Boca do Acre/AM. Tais ações resultaram no fechamento de madeiras que atuavam de forma irregular no município mencionado.
				Recrutamento de 01 Delegado e 01 Escrivão para apoio à equipe da OP. Assim pretendemos otimizar os resultados da OP no estado do Acre e viabilizar sua manutenção.	Sim	Conseguimos recrutar 01 DPF lotado na SR/DPF/MG e um escrivão lotado na ROO/DPF/MT. por um período de 30 dias prorrogáveis. Esperamos que com o resultado desta ação possamos otimizar a atuação da equipe da OP no Estado através da realização de OP. de combate ao desmatamento e utilização irregular de madeira. Além dos resultados mencionados, contamos com a inserção definitiva da SR/DPF/AC na OP Arco de Fogo
48/2011	Reformar o prédio onde atualmente se localiza a sede da SR/DPF/AC.	Em que pese estarmos em processo de construção da nova sede de nossa superintendência no estado do acre, devemos considerar que a previsão para conclusão da obra é de 36 meses, durante este período devemos manter nosso efetivo em um local com um mínimo de condições para desenvolverem seu trabalho, sendo que a situação em que se encontra a atual sede não denota tal predicado. Destaco, por oportuno, que parte de nossas instalações encontram-se, inclusive, interditadas devido a acórdão proferido pelo egrégio TCU. Soma-se a todo exposto, o fato de que nossas dependências atuais não permitem a acessibilidade aos deficientes físicos, ou seja, uma	SUPERINTENDENTE REGIONAL	Determinar ao GTED a confecção de um projeto de reforma	Não	
				Reunião com o comandante do batalhão de engenharia e construção - 7º BEC a fim de solicitar apoio com a disponibilização de mão de obra para executar os serviços de pintura na reforma. assim poderemos reduzir custos na reforma.	Não	
				Promover gestões junto aos órgãos centrais do DPF para a disponibilização dos recursos financeiros necessários para a obra.	Não	

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
		verdadeira afronta à cidadania destas pessoas.				
49/2011	Manter o índice de produtividade da superintendência em níveis superiores a 120% no tocante à relação entre IPL's relatados e instaurados.	Cumprir a diretriz da COGER de baixa efetiva do número de IPL's em andamento no DPF, bem como permitir que com um número razoável de procedimentos possamos concentrar nossos esforços em operações policiais mais relevantes para a sociedade.	SUPERINTENDE REGIONAL	Determinar que a COR/SR/DPF/AC mantenha sob controle os índices de produtividades de delegados e peritos, fiscalizando o cumprimento das metas mensais estipuladas a cada uma das categorias.	Não	
				Estabelecer metas de produtividade para delegados e peritos.	Não	
50/2011	Incrementação das ações de capacitação dos servidores	Necessidade de propiciar aos servidores os meios necessários para poderem desenvolver com eficiência e qualidade os seus trabalhos.	EPA/DPF/AC		Não	
51/2011	Solicitar mais três terminais do STI (Sistema de Tráfego Internacional) para atendimento aos viajantes que utilizam os pontos de imigração de Eptaciolândia e de Assis Brasil.	Melhoria e eficiência no atendimento ao cidadão que procura os postos de imigração da Polícia Federal, já que houve um aumento considerável no tráfego de pessoas, em razão da inauguração da Estrada do Pacífico, bem como a estabilidade da economia brasileira.	NUMIG/EPA/DPF/AC	Confeccionar projeto básico para a aquisição dos equipamentos, devendo o projeto ser encaminhado para a CGPI/DPF.	Não	
52/2011	Instalação de câmeras de segurança nos ambientes internos e externos da Delegacia, bem como a instalação de arame farpado e cerca elétrica ao redor do muro desta Descentralizada.	Aumentar a segurança orgânica desta Descentralizada.	EPA/DPF/AC	Realização de um projeto básico, com subsequente previsão de dotação orçamentária para cobrir os custos e licitação para realização das instalações.	Não	
53/2011	Aquisição de viatura ostensiva estilo furgão utilizado pelo serviço penitenciário para condução de presos desta Descentralizada até o presídio localizado na capital.	Sempre que ocorrem prisões com grande número de envolvidos, há a necessidade de deslocamento de inúmeras viaturas e policiais para condução dos presos, sendo que se existisse uma viatura apropriada	EPA/DPF/AC	Projeto básico para aquisição de modelo de veículo apropriado ao serviço, solicitação de dotação orçamentária e licitação para aquisição do veículo	Não	

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
		para transporte de presos, facilitaria o trabalho e se economizaria combustível e diárias policiais.				
54/2011	Aquisição de cão farejador e treinamento de policial para que se torne o guia do mesmo (trabalho a ser desenvolvido junto a CGPRE e canil central).	Necessidade de se aumentar e tornar eficiente o combate ao narcotráfico na região, já que estamos localizados na fronteira com Peru e Bolívia, países produtores de cocaína.	EPA/DPF/AC		Não	
56/2011	Aquisição de elevador hidráulico para a garagem desta descentralizada.	Necessidade de fiscalização de veículos suspeitos de ocultarem substâncias entorpecentes. Com a ajuda do elevador, fica muito mais fácil e ágil a fiscalização na parte inferior dos veículos (tanque de combustível, chassis etc.). O elevador também poderá ser útil para a própria manutenção das viaturas desta descentralizada.	EPA/DPF/AC	Elaboração de projeto básico, dotação orçamentária e posterior licitação para aquisição do elevador.	Não	
57/2011	Implementar estratégias de qualificação na seara dos expedientes cartorários para os Escrivães de Polícia Federal.	Compreendendo que as ininterruptas mudanças sociais exigem do Policial Federal a constante capacitação para lidar com as novas demandas das esferas de Polícia Judiciárias e Polícia Administrativa da União, bem como as novas possibilidades tecnológicas podem e devem ser utilizadas como ferramentas nas atividades fins e meio deste que é o principal órgão de segurança pública federal, faz-se mister que o Departamento de Policial Federal mantenha políticas permanente de qualificação para o quadro Policial	NUCART/DREX/SR/DPF/AC	Solicitar, junto a Diretoria Regional Executiva – DREX, reunião para identificar as principais e específicas áreas que necessitam de capacitação, bem como as gestões necessárias para viabilizar os treinamentos.	Sim	Durante todo o ano de 2011, foram disponibilizados cursos em diversos campos de atuação, a exemplo de: Curso de Segurança de Dignitário, Curso de Instrutor de Armamento e Tiro, Curso de Vigilância Avançada, entre outros, bem como o envio de Escrivães para cumprir OMP em descentralizadas que apresentam maiores demandas policiais ou casuísticas diferentes das encontradas na SR/DPF/AC.
58/2011	Implementar rotinas de Cartório de Dia visando subsidiar as ocorrências policiais	As diárias e diversificadas ocorrências policiais demandam um	NUCART/DREX/SR/DPF/AC	Solicitar, junto a Diretoria Regional Executiva – DREX,	Não	Tendo em vista as ausências involuntárias do Titular da Chefia do NUCART/DREX e de seu

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
	extraordinárias.	plano de estratégias/rotinas que objetivem conferir celeridade nos procedimentos, bem como segurança na cautela de bens apreendido, dos policiais, das vítimas, das testemunhas e dos autores envolvidos.		capacitação necessária para implementar as estratégias/rotinas atinentes com o Cartório de Dia.		Substituto, em virtude de cumprimentos de OMP's e gozo de férias, sobretudo no segundo semestre de 2010, esta meta ficou prejudicada para o ano corrente.
59/2011	Disponibilizar uma nova ferramenta de controle das rotinas de remessa e recebimento dos procedimentos (Inquéritos Policiais, Termos Circunstanciados de Ocorrência, Registros Especiais, Cartas Precatórias e demais processos).	É imperativo garantir a integridade, bem como o sigilo dos procedimentos policiais.	NUCART/DREX/SR/DPF/AC	Encaminhar solicitação ao setor competente para criação/disponibilização de ferramentas institucionais de gestão de documento e procedimentos. Já foi efetuado.	Parcial	Solicitação encaminhada através do Ofício nº 0130/2011 - SR/DPF/AC. Conforme consulta ao APF NELSO, previsão de término da criação da ferramenta ainda no primeiro trimestre de 2012. Após a criação, bem como a sanção da DREX e COR, a implementação poderá ser imediata.
62/2011	Planejar e executar o as Correições Ordinárias do ano de 2011 na Superintendência Regional e nas Delegacias do interior do Estado.	Cumprimento da IN 11/2001-DG/DPF	CORREGEDORIA REGIONAL	Confeccionar o Plano de Correições analisar os procedimentos em andamento à luz das normas insculpidas na IN 011/2001-DG/DPF. Será necessário deslocar servidores lotados na Corregedoria Regional para as unidades do interior no período das referidas correições.	Sim	O plano de Correições ordinárias foi executado e concluído com êxito, inclusive no interior do Estado. O resultado dos trabalhos foram encaminhados ao Superintendente Regional e à COGER/DPF para análise e controle.
63/2011	Intensificar as correições parciais de forma rotineira em todos os procedimentos investigatórios em andamento.	Necessidade de aprimorar a qualidade e a eficiência das investigações policiais.	CORREGEDORIA REGIONAL	Análise pontual dos inquéritos antes de serem encaminhados para justiça, bem como acompanhamento pelo NUCOR através de correição de forma e mérito os inquéritos, além da permanente disponibilidade do COR para prestar orientações às autoridades policiais.	Sim	Os trabalhos de correições parciais foram devidamente cumpridos por meio do chefe do Núcleo de Correições DPF TEIVE. Neste ano as correições parciais foram inseridas por meio do SISCART.
64/2011	Capacitação de servidores lotados na COR para adquirirem maior destreza quanto aos usos dos Sistemas SAD e CGU/PAD, bem como em relação aos procedimentos que tramitam na Corregedoria. Necessidade de	Aprimorar a instrução dos procedimentos disciplinares e evitar eventuais nulidades nos procedimentos, fato que causa prejuízos ao Erário e sujeitam os	CORREGEDORIA REGIONAL	Solicitar à COGER e/ou ANP a realização de curso de capacitação de procedimentos disciplinares ou mesmo realizar os cursos nesta Capital, evitando-	Não	Em razão da contenção de gastos por parte do Governo Federal, cursos de capacitação não foram oferecidos tanto pela COGER/DPF quanto pela CGU na área disciplinar. Essa ausência de capacitação de servidor

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
	capacitação de membros de Comissões Permanente de Disciplina para questões relacionadas à instrução de procedimentos administrativos disciplinares e sindicâncias (investigatórias e punitivas).	procedimentos à prescrição nos casos em que sejam necessários a reabertura dos procedimentos.		se custos adicionais.		na área causa grande prejuízo na apuração dos fatos em procedimentos administrativos eis que muitas vezes faz-se necessário sua anulação parcial por vício de forma, encarecendo o custo do processo.
65/2011	Incluir os procedimentos de requisição de Perícia do Setor Técnico Científico nas Correições Anuais e acompanhar através do Sistema Criminalística o andamento das perícias e das pendências indicadas pelo sistema.	Necessidade de acompanhar o andamento e dar maior celeridade no cumprimento das perícias requisitadas evitando-se demora excessiva na confecção do Laudo.	CORREGEDORIA REGIONAL	Disponibilizar senhas de acesso ao Sistema Criminalística ao Corregedor Regional e ao Chefe do Núcleo de Correições. Realizar consultar mensais gerando relatório de pendências e instar o chefe daquele setor a sanear as irregularidades.	Sim	A Corregedoria Regional atualmente não só tem acesso ao Sistema Criminalística de controle do andamento das perícias, mas incluiu no plano de Correições Ordinárias 2011 o SETEC. Obtendo grande êxito na redução do tempo de realização de perícias.
66/2011	Promover a capacitação dos Agentes de Polícia Federal no tocante aos métodos de investigação e a forma de produzir informações que serão úteis na instrução dos inquéritos.	Necessidade de melhorar a qualidade na produção de prova, de incrementar métodos de investigação em diversas áreas (com crime cibernético, tráficos de drogas em aeroportos, produção de informações policiais) bem como orientar os policiais quanto a necessidade de preservar local de crime e da importância da cadeia de custódia das provas.	CORREGEDORIA REGIONAL	Realizar seminário com apresentação de palestras por especialistas do DPF, assim como apresentação de técnicas de investigação em áreas de atuação do DPF a serem definidas.	Não	Em razão da contenção de gastos pelo Governo Federal, não foi possível realizar o evento por falta de verba.
67/2011	Concluir investigações iniciadas nos pleitos eleitorais de 2010 e anteriores.	A exigüidade dos prazos eleitorais, bem como as difíceis nuances das investigações eleitorais se tornam inócuas com o passar do tempo, restando inúteis para punição dos apontados autores dos ilícitos.	DELINST	Realização de diligências em municípios interioranos do Estado, para otimizar recursos quanto ao deslinde dos ilícitos em curto prazo.	Parcial	Apesar do reduzido efetivo, equipes policiais desta SR/DPF/AC, sempre que se deslocavam a Municípios interioranos cumpriam diligências no interesse das investigações de crimes eleitorais de modo que há pequenos passivo de inquéritos sobre tais temas.
68/2011	Realizar operações policiais visando à prevenção e repressão ao tráfico de seres humanos, à exploração sexual infantil, à pedofilia, e à repressão ao trabalho escravo e aos crimes praticados contra as comunidades indígenas.	Prevenir e reprimir os crimes praticados contra a ordem social, proteger as comunidades indígenas e resgatar os trabalhadores que se encontram reduzidos à condição análoga à de escravos.	DELINST	Planejar e executar operações junto ao Ministério do Trabalho, Procuradoria do Trabalho, FUNAI com o objetivo de envia esforços na prevenção e repressão a esses delitos.	Sim	Incurções em áreas agrícolas foram feitas, em parceria com o Ministério do Trabalho e a Procuradoria do Trabalho a fim de reprimir o trabalho forçado neste estado em e Rondônia. A cooperação da FUNAI, CASAI, Procuradoria da República permitiu

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
						o fim de conflitos indígenas que ocupavam instalações públicas nesta capital. Fiscalizações foram intensificadas, inclusive com instauração de inquéritos policiais já relatados. Reuniões com o INCRA e representantes de agricultores de Plácido de Castro/AC evitaram embates na região fronteira com a Bolívia. Permanente fiscalização nos aeroportos deste Estado também teve como objetivo impedir o tráfico de seres humanos.
73/2011	Implementar mais barreiras na região da BR 364.	Esta rodovia é estratégica para o tráfico de drogas, sendo o único acesso para região de Rondônia.	DRE/AC	Operacionalizar pelo menos uma barreira por mês no posto fiscal da Tucandeira com a finalidade de fiscalizar todos os ônibus que se dirigem para o estado de Rondônia.	Sim	O objetivo foi atingido, tendo sido realizado pelo menos duas barreiras mensais na BR 364. Foi possível combinar trabalhos de inteligência com as barreiras na BR 364, onde se obteve sucesso em muitas prisões e apreensões de entorpecentes. Citando um único caso foi possível apreender em uma barreira na BR 364, 65 kg de maconha e 12 kg de cocaína.
74/2011	Implementar maiores ações de DRE no aeroporto de Rio Branco visando ampliar a fiscalização em aeronaves de pequeno porte.	Com a obrigatoriedade de manter três policiais de DRE a disposição do plantão do aeroporto espera-se uma maior efetividade no combate ao narcotráfico realizado por meio de aeronaves. Como o efetivo do aeroporto era reduzido não se fiscalizava aeronaves de pequeno porte. Agora, entretanto, será possível fazer este tipo de fiscalização.	DRE/AC	Gestão para conseguir um <i>body scan</i> no aeroporto de rio branco para intensificar a fiscalização de mulas que levam droga envolvidas no corpo. Oficiar a Infraero, bem como a aeronáutica com a finalidade de nos informar com antecedências os vôos realizados.	Sim	Foi obtido êxito na instalação de um aparelho body scan no aeroporto de rio branco. Os policiais do aeroporto, bem como da DRE realizaram treinamento para operá-lo. Foi oficiado a Infraero e o comando da aeronáutica em rio branco no sentido de informar ao plantão do aeroporto o fluxo de aeronaves de pequeno porte.
76/2011	Realização de três operações policiais na área de DRE.	Duas operações estão em fase final de investigação o que permitira concluí-las no primeiro semestre. A terceira operação por ser desdobramento é possível avaliarmos que poderá ser concluída até o mês de outubro do presente	DRE/AC	Representar operações em andamento no âmbito da DRE.	Parcial	Foi obtido resultado parcial. Foi representada e deflagrada uma operação policial (operação salinas) com 10 mandados de prisão. A operação Joinville está em fase conclusiva.

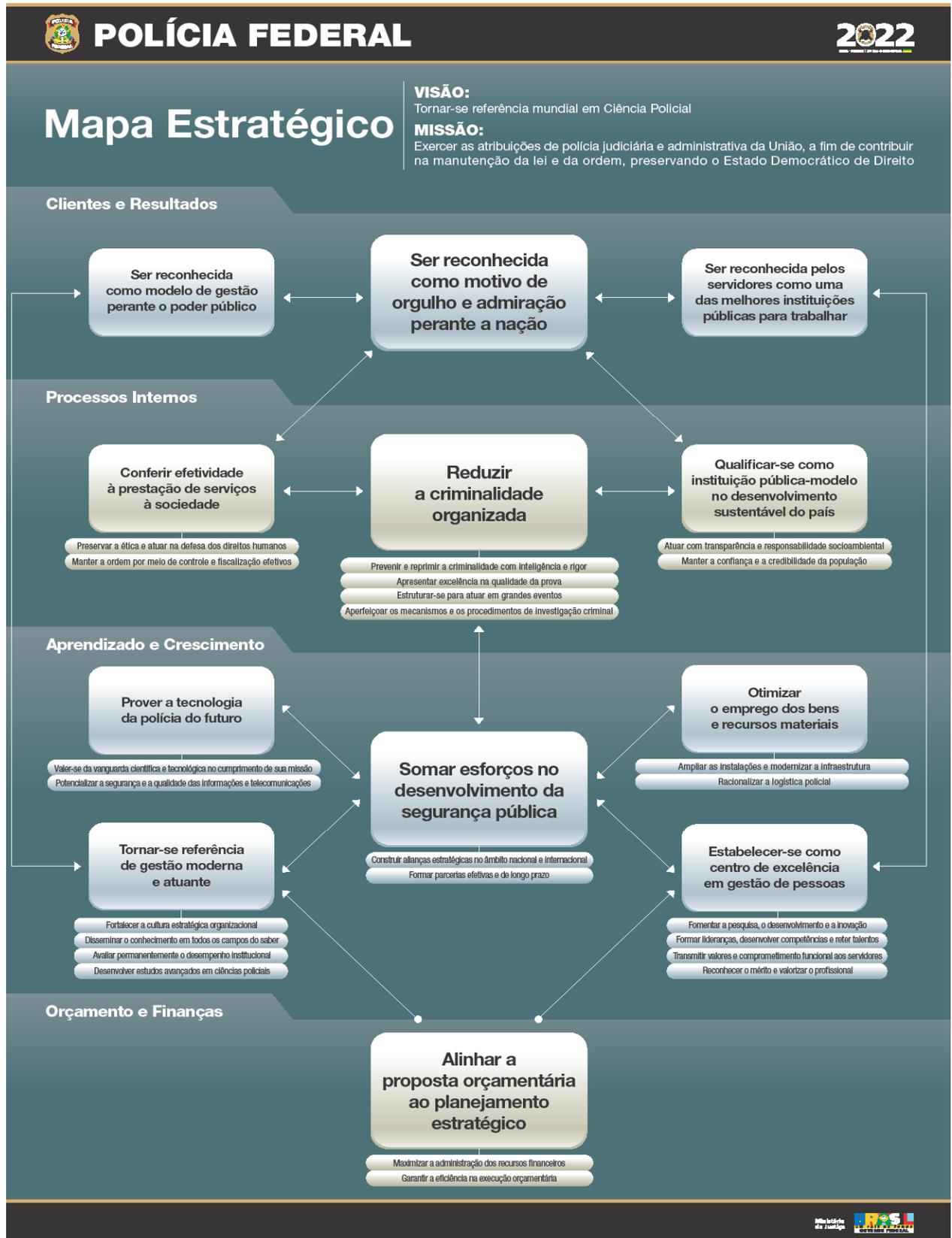
Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
		ano.				
78/2011	Fiscalizar os cidadãos com registros de arma vencidos	Verificou-se no SINARM que mais de meia centena de registros encontram-se vencidos, sem que o interessado tenha requerido a renovação respectiva.	DELEARM/AC	Verificar no SINARM os dados do proprietário do armamento e diligenciar, visando a entrega via campanha do desarmamento ou à regularização necessária.	Não	
79/2011	Estabelecer um contato mais próximo com a CGPRE no sentido de obter mais tecnologia investigativa e um maior aparelhamento do setor.	Mostrou-se no ano de 2010 que trabalhar integrado com a coordenação central ajuda muito o nosso setor demonstrando as dificuldades e a realização operacional da Delegacia. Esta situação nos permitiu conseguir junto a coordenação vários equipamentos de tecnologia no ano de 2010.	DRE/AC	Pleitear tecnologia investigativa a fim de reprimir o tráfico de drogas na fronteira.	Sim	Foi obtido junto a CGPRE dois aparelhos telefônicos via satélite e dois rastreadores GPS. Foi realizado curso de inspeção veicular na cidade de Rio Branco/AC com a participação de 25 policiais federais, tendo sido o curso ministrado por policiais do DEA. Foi conquistada três vagas para o estado do acre no curso da SWAT realizado nos Estados Unidos da América.
82/2011	Contratar empresa especializada em suporte técnico, para atuar nas unidades do DPF no Estado do Acre	O Número de servidores atuais é absolutamente incompatível com as atividades e complexidades exercidas pelo NTI.	NTI	Contatar a viabilidade ante ao SELOG	Não	
85/2011	Instalação do sistema INTEGRAPOL para adequar o Acre às expectativas de radiocomunicação do DPF em âmbito nacional	Adequar o Acre às expectativas de radiocomunicação do DPF em âmbito nacional - o Acre é um dos poucos estados ainda não integrados à rede	NTI	Fazer gestão junto à CTI, Ao SR, à Engenharia e ao SELOG para viabilizar a implantação do projeto	Não	
93/2011	AUTOMATIZAR OS PROCESSOS envolvidos no tratamento e pagamento das faturas de telefonia	Agilizar a operação e evitar as falhas e custos adicionais	NTI	Fazer Gestão junto ao SELOG, as operadoras e ao desenvolvedor do SIGEPOL para viabilidade das metas	Não	
94/2011	Aumentar o contingente de servidores no NTI	Número de servidores incompatível com as atividades exercidas pelo NTI	NTI	Fazer Gestão junto ao SELOG e ao SR para viabilidade das metas	Não	
102/2011	Produzir conhecimento estratégico referentes a casuística de furtos/roubos de veículos ocorridos no estado do acre.	Há indicativos que sugerem que os veículos furtados ou roubados no Estado do Acre são transportados para a Bolívia. A realização de estudos estratégicos com análise dos	DELEPAT	Agendar uma reunião com o Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Acre a fim de dar cumprimento ao acordo de cooperação técnica nº 01/2009	Não	

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
		respectivos dados tornaria mais eficiente a resposta da polícia repressiva.		firmado em 15 de Abril de 2009 o qual objetiva a troca de		
103/2011	Buscar junto à DPAT informações acerca do panorama nacional de delitos de natureza patrimonial, de seqüestro, cárcere privado e extorsão mediante seqüestro, com motivação política ou praticados em razão de função pública exercida pela vítima.	Identificar o <i>modus operandi</i> das quadrilhas que praticam tais delitos, visando a prevenção e repressão dos mesmos na área de responsabilidade da delegacia.	DELEPAT	Manter contato com a referida diretoria encaminhando os pedidos de informações	Sim	Foram realizados alguns levantamentos de informações juntos à DPAT e outras descentralizadas a fim de identificar o modus operandi de algumas quadrilhas especializadas nesse tipo de crime.
104/2011	Identificar o <i>modus operandi</i> das quadrilhas especializada em assaltos a banco, visando à prevenção e repressão dos mesmos na área de responsabilidade da delegacia.	A Interestadual idade na atuação das quadrilhas especializadas em assalto a bancos exige uma análise pormenorizada do modo de atuação dessas organizações como forma de otimizar o planejamento das atividades de polícia repressiva.	DELEPAT	Buscar junto à DPAT e outras descentralizadas informações acerca do panorama nacional de delitos de assalto a bancos.	Sim	Foram realizados diversos levantamentos de informações juntos à DPAT e outras descentralizadas acerca do panorama nacional de delitos de assalto a bancos tendo sido possível identificar o <i>modus operandi</i> de algumas quadrilhas especializadas nesse tipo de delito.
105/2011	Informar a DPAT, ao final do ano de 2010, sobre todas as atividades desenvolvidas pela DELEPAT e seus resultados.	O fornecimento dos dados sobre todas as atividades desenvolvidas pelas DELEPAT's possibilitaram a DPAT produzir conhecimento estratégico em nível nacional.	DELEPAT	Encaminhar a DPAT o relatório de atividades anual.	Sim	Foi encaminhado o relatório de atividades do ano de 2011.
106/2011	Realizar operações policiais visando à prevenção e repressão ao tráfico de seres humanos, à exploração sexual infanto-juvenil, à pedofilia, e à repressão ao trabalho escravo e aos crimes praticados contra as comunidades indígenas.	Prevenir e reprimir os crimes praticados contra a ordem social, proteger as comunidades indígenas e resgatar os trabalhadores que se encontram reduzidos à condição análoga à de escravos.	DELINST		Não	
109/2011	Implantação do domínio único via <i>Active Directory</i> (AD) no Estado do Acre, com integração ao AD Nacional.	Estabelecer senha única em todo o Estado	NTI	Integrar AD das Unidades que ainda não estão integradas ao da Superintendência.	Não	
110/2011	Promover a capacitação do Delegado chefe da DRE em investigações referentes à lavagem de dinheiro.	Tal ação permitirá o desmantelamento de organizações criminosas que continuam a agir mesmo após a prisão de alguns de seus membros pois estes mantêm seu patrimônio em nome de terceiros ou acobertados por alguma	DRCOR		Não	

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ação	Resultado	Avaliação do Resultado
		atividade lícita. Apenas com a descapitalização da organização criminosa seus membros efetivamente pararão de agir no meio criminoso e para atingir tal objetivo é essencial o conhecimento de técnicas de investigação financeira, etc.				

ANEXO IV

Esquema XLVI – Mapa Estratégico do Departamento de Polícia Federal



Fonte: Portaria nº 1735/2010-DG/DPF